

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS**

**Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas**

**Programa de Pós-Graduação em Psicologia**

**ALINE PACHECO SILVA**

**DO OUTRO LADO DAS GRADES:**

**O TRABALHO DOS AGENTES DE SEGURANÇA PENITENCIÁRIA EM  
UM COMPLEXO PENITENCIÁRIO DE MINAS GERAIS**

**Belo Horizonte**

**2012**

**ALINE PACHECO SILVA**

**DO OUTRO LADO DAS GRADES:**

**O TRABALHO DOS AGENTES DE SEGURANÇA PENITENCIÁRIA EM**

**UM**

**COMPLEXO PENITENCIÁRIO DE MINAS GERAIS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós- Graduação em Psicologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Psicologia.

Área de concentração: Psicologia Social  
Linha de pesquisa: Trabalho, Sociabilidade e Saúde

Orientadora: Prof. Dra. Vanessa Andrade de Barros

Belo Horizonte

2012

150  
S586d  
2012

Silva, Aline Pacheco.

Do outro lado das grades: o trabalho dos agentes de segurança penitenciária em um complexo penitenciário de Minas Gerais [manuscrito] / Aline Pacheco Silva. - 2012.

101 f.

Orientadora: Vanessa Andrade de Barros.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.

Inclui bibliografia

1. Psicologia – Teses. 2. Trabalho - Teses. 3. Prisões - Teses. I. Barros, Vanessa Andrade de. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas  
Programa de Pós-Graduação em Psicologia

A Dissertação “**DO OUTRO LADO DAS GRADES: O TRABALHO DOS AGENTES DE SEGURANÇA PENITENCIÁRIA EM UM COMPLEXO PENITENCIÁRIO DE MINAS GERAIS.**”

elaborada por **Aline Pacheco Silva**

e aprovada por todos os membros da Banca Examinadora, foi aceita pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de

**MESTRE EM PSICOLOGIA**

Belo Horizonte, 21 de dezembro 2012.

**BANCA EXAMINADORA**

Prof. Dra. Vanessa Andrade de Barros

Prof. Dra. Daisy Moreira Cunha

Prof. Dr. João Batista Moreira Pinto

## **AGRADECIMENTOS**

Em primeiro lugar, sou extremamente grata à minha orientadora, Vanessa Andrade de Barros, por ter me acolhido como muito mais que orientanda. Pelo cuidado, paciência e honestidade e por continuar acreditando no meu futuro apesar de tantos percalços apresentados ao longo da jornada. A você quero expressar meu mais sincero agradecimento pessoal e profissional, pois foi peça-chave na construção dessa dissertação e na minha história de vida.

À minha mãe e meu pai, Ezilda e Toninho, pelo amor incondicional. Por não desistirem de mim mesmo quando o mundo conspirava para que isto acontecesse, dedicando-se a contribuir no que fosse possível para facilitar a continuidade dessa pesquisa passando por cima de medos e apreensões.

Aos meus irmãos, Rafael e Fernandinho, por serem grandes incentivadores e por me mostrarem que a luta era válida.

À minha vovó Efigênia, simples, forte e generosa presença.

À professora Beth Antunes pela generosidade, solicitude e competência.

Aos professores José Newton e Daisy Cunha pela rica contribuição não só acadêmica, mas também pessoal.

Aos colegas do Instituto DH: Promoção, Pesquisa e Intervenção em Direitos Humanos e Cidadania, pessoas de qualidades peculiares, mestres em generosidade.

Aos colegas do CRAS de Amparo do Serra pelo apoio e companheirismo.

À família da minha orientadora, João, João Pedro e Chico, pela gentileza e compreensão com que sempre me receberam.

À minha amiga, mais que irmã, Carol, por ter compartilhado comigo objetivos, esperanças, prazeres e desprazeres durante todo o tempo que nos conhecemos. Presença firme nos melhores e piores momentos da minha vida. E à sua família, por me adotar, literalmente.

Às amigas Julia, Marcela, Xadia, Lais e Alessandra pelo incentivo e carinho e pelas inúmeras vezes que me auxiliaram.

A Leonardo, que mesmo aparecendo tão de surpresa, conseguiu compreender a importância desse período de estudo para minha vida profissional e suportar as minhas ausências.

As minhas amigas de Ponte Nova, Marina, Dani, Amanda, Su, Ná e Gra, pela força nos momentos de maior dificuldade. Amor genuíno.

A todos os professores e funcionários do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFMG, pela assistência.

À Secretaria de Defesa Social de Minas Gerais pela autorização para a pesquisa de campo.

Aos agentes penitenciários, por me mostrarem os “segredos” de sua profissão e sua vida, com confiança e colaboração. Em especial ao Dr. Arivelton e Dr. Rafael por

abrirem os portões e as grades para minha entrada e permanência nesse universo tão característico.

Meus sinceros agradecimentos a todos!

*"Enquanto não encerramos um capítulo, não podemos partir para o próximo.  
Por isso é tão importante deixar certas coisas irem embora, soltar, desprender-se.  
As pessoas precisam entender que ninguém está jogando com cartas marcadas,  
às vezes ganhamos e às vezes perdemos. Não espere que devolvam algo,  
não espere que reconheçam seu esforço, que descubram seu gênio,  
que entendam seu amor. Encerrando ciclos.  
Não por causa do orgulho, por incapacidade ou por soberba,  
mas porque simplesmente aquilo já não se encaixa mais na sua vida.  
Feche a porta, mude o disco, limpe a casa, sacuda a poeira.  
"Deixe de ser quem era, e se transforme em quem é."*

Fernando Pessoa

*" É possível julgar o grau de civilização de uma  
sociedade visitando suas prisões".*

Dostoievski



## RESUMO

Esta pesquisa buscou analisar a atividade de trabalho dos agentes penitenciários de um Complexo Penitenciário de Minas Gerais, na tentativa de compreender a realidade cotidiana vivenciada pelos mesmos, observando a organização, os processos e as condições de trabalho. Foram utilizados como métodos de pesquisa observações, conversas informais e entrevistas, além de pesquisa documental e aplicação de um pequeno questionário. O campo de estudos sobre o trabalho é amplo, envolvendo pesquisadores das mais diversas áreas e os mais diferentes grupos de trabalhadores, porém, certas categorias de trabalhadores ainda geram pequeno interesse por parte dos estudiosos. Como aporte teórico para compreender o trabalho, utilizou-se a Clínica da Atividade e a Ergologia, que pretende colocar o saber do trabalhador no centro da análise. Diante do exposto, destacam-se algumas situações vividas pelos agentes de segurança penitenciária a partir do momento que “escolhem” seguir essa profissão: o trabalho na prisão afetou significativamente a vida cotidiana. A vida fora do trabalho começou a ser direcionada por tudo o que vive dentro do trabalho. Os agentes passam a ter certos cuidados com a segurança, não frequentam os mesmos ambientes antes frequentados e são vistos com “outros olhos” pela população local. Por fim, este trabalho pretende mostrar o processo de prisionalização que tanto os presos quanto os agentes enfrentam ao viverem “nesse mundo”. Tais elementos constituem-se como desafio à conquista de direitos trabalhistas e de valorização do trabalho dos agentes.

Palavras-chave: Agentes de segurança penitenciária, trabalho, sistema prisional, Ergologia, Clínica da Atividade.

## **ABSTRACT**

This study aimed to analyze the work activity of correctional officers in a Penitentiary of Minas Gerais, in trying to understand the daily reality experienced by them, noting the organization, processes and working conditions. Were used as methods of research observations, informal conversations and interviews, and documentary research and application of a short questionnaire. The field studies of work is extensive, involving researchers from various fields and more different groups of workers, however, certain categories of workers still generate little interest from scholars. How to understand the theoretical work, we used the Clínica da Atividade and Ergologia (Clinical Activity and Ergology), wich want to put the knowledge worker in the center of the analysis. Given the above, we highlight some situations experienced by prison guards from the moment they "choose" to follow the profession: working in prison significantly affect everyday life. Life outside work began to be directed by everything that lives inside job. Agents now have some care about security, do not attend the same environments frequented before and are viewed with "different eyes" by locals. Finally, this paper intends to show the process of "prisonalization" that both inmates how many agents face as they live "in this world." These elements constitute a challenge to the conquest of labor rights and appreciation of the work of the agents.

Key-words: Correctional officers, work activity, prison, Ergology, Clinical Activity

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO .....	12
1.1 OBJETIVO.....	14
1.1.1. Objetivo geral .....	14
1.1.2. Objetivo específico .....	14
1.2. CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS .....	15
2. O SISTEMA PRISIONAL .....	23
3. OS(AS) AGENTES DE SEGURANÇA PENITENCIÁRIA .....	29
3.1. AS NORMAS QUE REGEM O TRABALHO DOS AGENTES DE SEGURANÇA PENITENCIÁRIA.....	30
4. O TRABALHO .....	32
5. ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO DOS AGENTES .....	38
5.1. CONTRATO DE TRABALHO E INGRESSO NO SISTEMA .....	38
5.2. TREINAMENTO .....	40
5.3. AMBIENTE FÍSICO, ESCALAS, EQUIPES DE TRABALHO E REMUNERAÇÃO.....	42
5.4. FUNÇÕES .....	43
5.4.1. Escolta .....	44
5.4.2. Muralha .....	49
5.4.3. Intendência .....	52
5.4.4. Grupamento de intervenção Tática .....	53

5.4.5. Canil .....	56
5.4.6. Portaria .....	57
5.4.7. Gaiolas .....	60
5.4.8. Transito Interno .....	63
5.4.9. Núcleo de Produção .....	66
5.4.10. Censura .....	70
5.4.11. Revista .....	74
5.4.12. Inteligência .....	75
5.4.13. NSI .....	77
5.4.14. Oitiva .....	79
5.5. CARGOS DE CHEFIA .....	81
5.6. RELACIONAMENTO COM OS PRESOS .....	85
6. MUDANÇAS NA VIDA SOCIAL A PARTIR DO TRABALHO – TRABALHO E VIDA..	88
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	91
8. ANEXOS .....	94
9. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	101

## 1. INTRODUÇÃO

Neste estudo pretendemos compreender o trabalho desenvolvido pelos agentes de segurança penitenciária no Complexo Penitenciário de Ponte Nova, em Minas Gerais, um trabalho marcado por contradições e debates de normas e valores.

O agente de segurança penitenciária (ASP) é um profissional que trabalha diariamente e diretamente com os encarcerados sendo responsáveis

“[...] em sua lida diária, por uma dupla e contraditória tarefa: promover, junto com outros funcionários nessas instituições, os meios possíveis de ressocialização e reintegração social daquelas pessoas que cometeram crimes puníveis com a pena de reclusão, e, ao mesmo tempo, manter e preservar a ordem, a disciplina e a própria integridade física, psíquica e moral dos internos que, geralmente, habitam e vivem no interior das prisões em condições desumanas e degradantes.” (LOURENÇO, 2010, p.13)

O interesse em estudar o sistema prisional e suas contradições faz parte da minha vida desde a graduação. No início da jornada realizei estágios e pesquisas em unidades prisionais, porém raramente tendo contato direto com os profissionais que lidam com os presos. Em 2010, durante minha atuação como professora em um curso de Direitos Humanos para agentes penitenciários de Minas Gerais, oferecido pela Secretaria de Estado de Defesa Social foi possível perceber diversas contradições que levaram a reflexões sobre a atuação dos agentes de segurança penitenciária e os dilemas enfrentados por eles na realização de seu trabalho. Essa inserção como professora trouxe revelou o quanto eram necessários estudos, pesquisas e intervenções sobre o trabalho desses agentes.

No Brasil, pesquisas desenvolvidas junto a esses profissionais são tão escassas (Bode de Moraes, 2005; Sabaini, 2009; Correa, 2006; Santos, 2010) quanto necessárias. Como afirma Lhuillier (2006), “este processo é ainda mais importante porque se trata de profissões não reconhecidas, até estigmatizadas, pois trabalham com um objeto impensado e ocultado pela sociedade”, os presos.

O Sistema Prisional Brasileiro, segundo os dados de junho de 2010 do Departamento Penitenciário Nacional<sup>1</sup>, conta com uma população prisional de 494.237 pessoas, distribuídas em 1.795 estabelecimentos prisionais, incluindo penitenciárias, presídios, cadeias públicas, delegacias de polícia, albergues, hospitais de custódia, patronatos e centros de triagem.

No estado de Minas Gerais são 49.137 presos distribuídos em 110 estabelecimentos. O estado assume, assim, o segundo lugar com relação a número de presos comparado a outros estados brasileiros.

No que diz respeito à gestão do sistema prisional mineiro, as unidades prisionais respondem a uma Subsecretaria de Administração Prisional, que faz parte da Secretaria de Defesa Social.<sup>2</sup>

A presente pesquisa foi realizada no Complexo Penitenciário de Ponte Nova (CPPN), um município com aproximadamente 60.000 habitantes no interior de Minas Gerais. Fazem parte desse Complexo, um presídio de pequeno porte e uma penitenciária que conta com sete alas masculinas e uma feminina.

---

<sup>1</sup> Disponível no site: [www.mj.gov.br](http://www.mj.gov.br)

<sup>2</sup> Organograma disponível em: [www.seds.mg.gov.br](http://www.seds.mg.gov.br)

A Subsecretaria de Administração Prisional (Suap) da Secretaria de Estado de Defesa Social (Seds) inaugurou o CPPN no dia 03 de dezembro de 2009. O local abriga presos sentenciados e provisórios. A obra, que teve duração de um ano e dez meses, custou cerca de R\$ 21,6 milhões e tem capacidade para 594 presos.<sup>3</sup>

O Presídio (que faz parte do Complexo Penitenciário) foi assumido pela Suap em abril de 2008, após um episódio de incêndio que vitimou 25 detentos. A escolha pela construção da penitenciária nessa cidade deu-se após longo estudo de falta de vagas no sistema prisional de Minas Gerais, além de “com essa ação, estarmos resgatando uma dívida que temos com a cidade desde a época daquele infeliz incidente”, palavras do subsecretario de administração prisional, Genilson Zeferino, na data da inauguração,.

## **1.1. OBJETIVOS**

### **1.1.1. Objetivo geral**

Analisar a atividade de trabalho dos agentes penitenciários de um Complexo Penitenciário de Minas Gerais.

### **1.1.2. Objetivos específicos**

- Analisar a realidade cotidiana vivenciada pelos agentes penitenciários em um Complexo Penitenciário de Minas Gerais, observando a organização, os processos e as condições de trabalho;

---

<sup>3</sup> Informações obtidas através do Diretor Geral do CPPN

- Analisar e compreender o “real da atividade” do agente penitenciário;
- Investigar as prescrições dadas aos agentes do sistema prisional, através da Lei de Execução Penal, do Procedimento Operacional Padrão, de Leis e Resoluções do Estado de Minas Gerais e documentos da Escola de Formação de Agentes Penitenciários;
- Na perspectiva ergológica, identificar as possíveis competências do agente penitenciário;
- Oferecer subsídios para novos trabalhos, pesquisas e intervenções na área.

## **1.2. CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS**

*“O pesquisador e o seu objeto são da mesma natureza e a busca de objetividade não pode ser perseguida através da ilusão de uma posição de exterioridade que manteria o objeto à distância” (Lhuillier, 2006)*

O estudo teve início com uma reunião com o Diretor Geral do Complexo Penitenciário para esclarecimentos sobre a pesquisa, além de uma autorização da Subsecretaria de Administração Prisional para que pudéssemos iniciar os trabalhos. Após este primeiro momento, houve nova reunião na qual estavam presentes, também, o Diretor de Segurança e o Coordenador de Segurança para apresentação da pesquisa e discussão da metodologia. Na ocasião, a maioria dos agentes de segurança penitenciária que trabalhavam no Complexo estavam em serviço, uns ocupavam seus



postos e outros ensaiavam para o desfile cívico de 7 de setembro. Os agentes que ensaiavam e alguns que podiam deixar seus postos, temporariamente, foram convocados e tivemos a oportunidade de explicitar o trabalho que seria feito e ter o primeiro contato com os agentes.

A despeito de alguns trabalhos que foram efetuados nas prisões (Lourenço, 2010), onde o pesquisador é visto como um intruso ou um estranho, na presente pesquisa esta não foi uma realidade vivenciada. No Complexo Penitenciário fomos bem recebidos e a grande maioria dos agentes mostrou-se solícita e bastante interessada em participar da pesquisa. Houve uma grande expectativa com relação aos resultados da pesquisa, numa tentativa de melhoria das condições de trabalho. Desde o início da pesquisa houve uma tentativa de postura que rompe com o lugar de saber do pesquisador e dá destaque ao saber do trabalhador.

“O ambiente de trabalho carcerário é um ambiente muito peculiar, em termos de relações interpessoais. Tem um funcionamento próprio que não tem nenhuma similaridade com a sociedade mais ampla, muito menos com aquilo que se pensa sobre o Sistema. Esse funcionamento próprio tende a produzir padrões de comportamentos nem sempre compreensíveis àqueles que estão adentrando no Sistema” (Santos, 2010, p. 68)

O estudo em tela foi realizado em duas etapas. Em um primeiro momento foi realizada pesquisa exploratória visando compreender as situações reais de trabalho a partir de observações, conversas informais e entrevistas, além de pesquisa documental. A etapa seguinte deu-se oito meses após a primeira e contou com

observações mais pontuais e aplicação de um pequeno questionário que foi criado com o objetivo de obter alguns dados a respeito dos agentes de segurança penitenciários.

A análise documental consistiu em pesquisa de documentos oficiais relacionados à atuação e atribuição dos agentes nos sistemas prisionais e especificamente no Complexo Penitenciário de Ponte Nova. Esta análise é caracterizada, por Oliveira (2007, p.69),

pela busca de informações em documentos que não receberam nenhum tratamento científico, como relatórios, reportagens de jornais, revistas, cartas, filmes, gravações, fotografias, entre outras matérias de divulgação.

De acordo com Ludke e André (1986), a análise documental “surge num determinado contexto e fornece informações sobre esse mesmo contexto”. Diante disso, a análise foi necessária na tentativa de compreender como se dá a prescrição do trabalho dos agentes, as normas, através de uma análise minuciosa das leis, dos Procedimentos Operacionais Padrões (POP), das resoluções.

A etapa seguinte foi realizada somente pela pesquisadora, durando cerca de um ano e meio, entre análise de documentos, observações, entrevistas e aplicação de questionários. As observações somente foram possíveis devido à autorização dos diretores da penitenciária e do subsecretário de administração prisional.

A observação do trabalho teve como inspiração as Observações Ergonômicas do Trabalho. Guerrin (2001, p. 143) define o método como

[...] uma apreensão da atividade de trabalho que ultrapasse as representações parciais dos diferentes atores (...) implica na coleta de informações no momento do exercício efetivo dessa atividade.

Segundo Lima (2001, p.5),

[...] sempre que é possível, o processo abrange as duas análises: a Análise Ergonômica do Trabalho (A.E.T.) e a Análise Psicossocial do Trabalho (A.P.T.). Embora o ponto de partida seja sempre a tentativa de apreender o trabalho real, através da A.E.T., a partir de certo momento, ambas as análises passam a ser realizadas simultaneamente e seus resultados confrontados e articulados. Assim, a A.E.T., baseando-se na observação direta dos sujeitos em situação de trabalho, buscar coletar dados referentes às agressões ambientais, ritmos, distribuição formal e informal das tarefas, horários, escalas, qualidade das matérias-primas, formas de concepção e de realização do trabalho (ou trabalhos prescrito e real), modos operatórios e habilidades exigidas.

Após meses de observação do trabalho dos agentes em todos os turnos e atividade, dentro e fora do Complexo Penitenciário de Ponte Nova, foi possível dividir as atividades em: Muralha; Escolta; Grupamento de Intervenção Tática (GIT); Canil; Portarias; Núcleo de Produção (lavanderia, horta, reciclagem, fábrica de gaiolas, fábrica de bolas, fábrica de cortinas); Gaiolas; Trânsito Interno; Censura (cartas e objetos); Cadastro; Administrativo; Intendência; Cozinha; Inspetoria; Coordenação; Inteligência; Identificação (NSI). Apesar da divisão de tarefas, todas as atividades têm relação com as atribuições dos outros agentes. Pôde-se perceber o sincronismo nas funções dos agentes para que o trabalho possa acontecer de forma satisfatória e com segurança.

Nas observações, vários aspectos foram levantados como as condições físicas do ambiente de trabalho, horários e jornadas, organização do trabalho,

comportamentos dos trabalhadores, o “saber-fazer”, o caráter sócio-econômico do trabalho, entre outros.

Visitar a situação que queremos analisar faz com que nos aproximemos do real, e ver no real o que de prescrito encontra-se no trabalho já que somente as normas (prescrições) não são suficientes. A atividade vai sempre ser renormalizada.

“A observação das situações reais de trabalho constitui o meio mais seguro para conhecer as dificuldades e os problemas vividos pelos trabalhadores, assim como as soluções encontradas para seu enfrentamento. Entre os benefícios desse instrumento se encontra o fato de que ele evita, em grande medida, que o pesquisador seja capturado pelas armadilhas das explicações moralizantes e/ou psicologizantes a respeito das condutas dos trabalhadores” (Vieira et al, 2010)

Todo o registro da observação foi feito através de um diário de campo, que é compreendido como uma ferramenta que permite sistematizar as experiências para análises posteriores dos resultados. Durante a observação tornou-se impossível a neutralidade, posto que a própria presença de um pesquisador já modifica o trabalho de quem está sendo observado, como nos aponta Lhuillier (2006),

o pesquisador aqui está incluído na situação observada, atento aos efeitos subjetivos das trocas conscientes e não conscientes, verbais e não verbais, trocas das quais ele participou e sobre as quais ele tomou posição.

Além da observação, foi utilizado também o recurso das entrevistas para favorecer o diálogo com os trabalhadores do Complexo Penitenciário. Apesar de a

observação ser considerada um meio eficiente para se chegar a um conhecimento da atividade, as entrevistas possibilitam aos trabalhadores a expressão das conseqüências do trabalho que não são explícitas para os observadores, além de possibilitar a familiarização com o vocabulário relacionado às suas atividades.

“Embora seja um instrumento importante, a observação deve ser complementada pelas entrevistas de explicitação da atividade, nas quais é possível reconstruir, junto aos próprios trabalhadores, a explicação dos seus ‘fazeres’ ou os sentidos dos seus comportamentos”. (Vieira et al, 2010)

As verbalizações também permitem a exposição de informações sobre as variabilidades, incidentes e estratégias utilizadas para contorná-los, exigências e conhecimentos não formalizados que são requeridos na realização da atividade.

“O real da atividade, ou seja, aquilo que se revela possível, impossível ou inesperado no contato com as realidades, não faz parte das coisas que podemos observar diretamente. É necessária uma abordagem dialógica na situação...”. (Clot, 2006, p. 133)

No momento do diálogo sobre seu fazer, o trabalhador descobre seu trabalho, ao mesmo tempo em que se percebe como sujeito de sua própria atividade. É notável que a análise do trabalho pela atividade humana, via verbalizações é uma proposta para levantar as experiências, apesar de sabermos que “a vida é muito mais rica do que as palavras que dispomos” (Schwartz e Duirrive, 2007).

“Ao ser reconhecida e formalizada pela linguagem, a experiência pode ser compartilhada, transmitida, e ser base para produção de novas experiências. O objetivo desses métodos, portanto, não é apenas o (re) conhecimento, mas o desenvolvimento da experiência” (Ramminger, 2009)

Todos os recursos supracitados foram utilizados buscando sempre estudar a distância entre o trabalho prescrito e o real, pois de acordo com Schwartz e Duirrive (2007), “esta distância só será explicitada caso se vá a campo para ver, e caso se aprenda com o que se vê.” (p. 43)

No Complexo Penitenciário trabalham 271 agentes de segurança, dentre homens e mulheres. Foram 175 entrevistados, pois alguns estavam de férias, folga, atestado médico, licença, entre outros. Os agentes que responderam ao questionário apresentaram o seguinte perfil:

Como a grande maioria dos presos é do sexo masculino, existindo somente uma ala feminina, foram entrevistadas 26 mulheres agentes e 149 homens. O grupo é relativamente jovem, com idade variando entre 24 e 44 anos. A maioria é casada (68%) e possui filhos (67%).

Todos possuem ensino médio completo (exigência da SEDS) e 7% possuem curso superior completo. Parte dos agentes desenvolvem outras atividades fora do

expediente para complementar a renda familiar, 24% dos entrevistados, mesmo que mais de 70% dos entrevistados recebem o dobro do salário anterior.

Esta dissertação está dividida da seguinte forma: inicialmente fazemos um histórico do sistema penitenciário, necessário para uma melhor compreensão da função dos agentes nas instituições prisionais e com isso permitir trazer, através de novos elementos, questionamentos, reflexões e propostas acerca do saber e do fazer do agente penitenciário e da própria função da prisão na sociedade.

Em seguida apresentaremos o trabalho dos agentes de segurança penitenciária, bem como explicitaremos suas funções e as normas que regem essa profissão.

Finalmente discutiremos as mudanças sociais e comportamentais na vida dos trabalhadores a partir do momento que se tornam agentes de segurança penitenciários.

## 2. O SISTEMA PRISIONAL

A história da pena, apesar de datada dos primórdios da humanidade vem sofrendo modificações de acordo com os sistemas culturais e econômicos da sociedade. Nas comunidades primitivas eram comuns as penas de expulsão dos membros das comunidades ou grupos com o único objetivo de vingança.

Com o surgimento da Lei de Talião, a vítima e sua família passam a ter o direito de vingança “contra o agressor resolvido com a compensação do prejuízo sofrido mediante o pagamento de importância em dinheiro” (CATÃO, 2012); é o início do que conhecemos, atualmente, por multa.

A prisão tal como a conhecemos surge em meados do século XVIII com o objetivo de contenção e guarda dos réus até o momento do seu julgamento ou execução. O aprisionamento ainda não era uma sanção penal, já que ainda não existia um código de regulamento social.

Na Idade Média, época de religiosidade exacerbada, nasce a prisão eclesiástica para a detenção de inimigos do Estado. Surge a ideia de uma pena com objetivo de meditação a fim de arrependimento dos pecados cometidos.

Já na Idade Moderna, com o desenvolvimento das cidades, o aumento da criminalidade e a impossibilidade de utilizar-se a pena de morte com tamanha frequência, surgem as casas de correção, com o objetivo de regenerar e corrigir o infrator através da disciplina e do trabalho.



Com o surgimento do capitalismo, o trabalho começa a ser medido pelo tempo, portanto a privação da liberdade constitui-se a pena por excelência nesse sistema. “Nesse contexto, para preservar a ordem, o Poder Judiciário aumenta o recurso ao encarceramento no intuito de inibir, incapacitar e, conseqüentemente, neutralizar a ameaça à ordem social proveniente da ‘população problemática’ (MIRANDA, s.d.)

No mundo contemporâneo as prisões são objeto de estudo de vários pesquisadores, com os mais diversos objetivos; compreender a função social do cárcere e suas relações de poder (Foucault, 2001), estudar a questão da identidade e repressão (Goffman, 2003), abordar a temática do controle social perverso e a criminalização de alguns grupos sociais (Wacquant, 1999) são alguns exemplos.

Uma breve revisão de literatura nos ajuda a compreender o cenário do encarceramento. Michel Foucault, em sua obra ‘Vigiar e Punir: história da violência nas prisões’ (2001) descreve o sistema de pensamento subjacente à transformação das prisões de um sistema punitivo a um aparelho de controle social, transformação essa que origina a sociedade disciplinar, nascida ao final do século XVIII e que objetiva ser um modo de organizar o espaço, controlar o tempo e os corpos, e obter um registro total do indivíduo e de sua conduta. Para Foucault, a prisão nasce (e continua) como um espaço disciplinar de expressão do poder.

“A disciplina fabrica assim corpos submissos e exercitados, corpos ‘dóceis’. A disciplina aumenta a força do corpo (em termos econômicos de utilidade) e diminui essas mesmas forças do corpo (em termos políticos de obediências). Em uma palavra: ela dissocia o poder do corpo.” ( Foucault, 2001, p. 119)

Em *Manicômios, prisões e conventos* (2003), Erving Goffman traz o conceito de Instituição Total para caracterizar os estabelecimentos fechados onde um grande número de indivíduos é separado do convívio da sociedade. Entre estes locais, Goffman define um tipo que seriam as cadeias, penitenciárias, campos de prisioneiros de guerra, campos de concentração, construídos para proteger a comunidade de pessoas que trazem algum perigo para a sociedade, ficando assim sob forte vigia e administração. Nas instituições totais há o uso do tempo e do espaço heterodeterminado, além da apropriação da identidade dos internos.

“Há simples racionalizações, criadas por esforços para controlar a vida diária de grande número de pessoas em espaço restrito e com pouco gasto de recursos. Além disso, as mutilações do eu ocorrem (...) mesmo quando o internado está cooperando e a direção tem interesses ideais pelo seu bem estar.” (Goffman, 2003, p.24).

Atualmente muitos pesquisadores consideram este conceito limitado para descrever as prisões na medida em que mudanças ocorreram no sistema prisional que de alguma forma “se abriu ao exterior”. (Lhuillier, 1997). A entrada da sociedade nas prisões seria sinônimo de ‘destotalização’ (M.Seyler, 1990). Tal entrada refere-se à intervenções, estágios, realização de pesquisas nas mais diversas áreas do conhecimento, visitas aos presos, inclusive visitas íntimas.

Por outro lado, como a função principal da prisão continua a ser controle e dominação, e esta se faz sobre a apropriação pela ‘desposseção’ do outro, usurpação de seu domínio privado e redução de sua liberdade, os trabalhos de Goffman continuam importantes.

Em Rusche e Kirchheimer (2004) e Santos (2005) encontramos interessantes discussões sobre as finalidades da pena de prisão e seus desdobramentos na sociedade capitalista. Segundo Beccaria (2009), “a prisão é mais um lugar de suplicio do que de custódia do réu”.

Em Mattos (2005) e Batista (1998, 1990) encontramos a análise do encarceramento em uma perspectiva crítica da visão criminalista conservadora, historicamente criminalizando e punindo os pobres. Como aponta Baratta (2002)

“A prisão, tal qual conhecemos na atualidade, é uma instituição que nasce com o capitalismo e desde então, vem sendo utilizada para administrar, seja pela via da correção, seja pela via da neutralização, as classes tidas como perigosas” (Baratta, 2002)

A realidade das prisões nos mostra que as condições de vida intramuros são precárias. O tratamento dispensado aos presos revela-se desumano, o que é evidenciado a partir de diversos fatores, tais como a superlotação e insalubridade das penitenciárias. São frequentes os relatos feitos pelos detentos e mesmo por organizações de Direitos Humanos de que os presos permanecem encarcerados além do previsto em sua condenação e sofrem práticas de tortura por parte dos agentes e dos policiais.<sup>4</sup>

---

<sup>4</sup> Nesse sentido, ver o *Relatório sobre tortura no Brasil*, realizado pela Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados, disponível em <http://apache.camara.gov.br/portal/arquivos/Camara/internet/comissoes/cdhm/RelatTortBras.pdf>. Acesso em setembro de 2009

Apesar da Constituição de 1988 trazer garantias explícitas à proteção do preso, os princípios não são cumpridos.<sup>5</sup> A Lei de Execução Penal<sup>6</sup> (LEP) foi criada com o objetivo de efetivar “as disposições de sentença ou decisão criminal e proporcionar condições para a harmônica integração social do condenado e do internado”. A LEP traz prescrições a respeito da individualização da pena, através da classificação do preso; prescreve a assistência que o Estado deve oferecer ao preso, material, à saúde, jurídica, educacional, social e religiosa; deve oferecer também assistência ao egresso a fim de reintegrá-lo à vida em liberdade; é de direito do preso também ter acesso a trabalho (interno ou externo) que tem finalidade educativa e produtiva.

A LEP traz também especificações sobre os deveres e a disciplina que devem ser cumpridos pelos presos, incluindo as disposições sobre faltas disciplinares, sanções e recompensas. Através da Lei nº 12936, de 08 de julho de 1998, o governo de Minas Gerais estabelece diretrizes para o sistema prisional do Estado.<sup>7</sup>

“Para a execução das penas de reclusão, detenção ou prisão simples há a necessidade de espaços construídos para esse fim, pois essas penas objetivam retirar a liberdade de ir e vir do indivíduo até que o mesmo se recupere para ir e vir sem atentar contra os direitos da sociedade” (Lima,2005)

---

<sup>5</sup> No Art. 5º, XLIX da Constituição "é assegurado aos presos o respeito à integridade física e moral". Além disso, de acordo com o Art. 5º, XLVIII, a pena deverá ser cumprida em estabelecimento qualificado pela natureza do crime, da idade e do sexo.

<sup>6</sup> Lei 7.210 de 11 de julho de 1984

<sup>7</sup> Entre as disposições estão: “Art. 1º - É assegurado ao detento, provisório ou condenado, tratamento digno e humanitário, vedada a discriminação em razão de origem, raça, etnia, sexo, convicção política ou religiosa e orientação sexual. Art. 2º - É dever do Estado garantir ao preso as condições necessárias à sua readaptação à vida em sociedade, mantendo, para esse fim, profissional devidamente habilitado.”

“Estes estabelecimentos (penitenciárias) se encontram rodeados de muro alto, intransponível e dotados de torre, com guardas armados, bem como de refletores para prevenção de fugas à noite” ( Albergaria, 1993)

A instituição prisional está fundada num conjunto de normas (leis, portarias, regimentos, procedimentos, etc) e algumas dessas normas são produzidas no próprio Complexo Penitenciário, a partir das vivências e do que o trabalho pede aos agentes e à direção.

É nessa instituição que é criado o cargo de Agente de segurança Penitenciária. Enquanto categoria profissional que trabalha no interior das prisões, é a mais populosa. Em Minas Gerais são 11.316 agentes penitenciários, entre contratados e concursados, que são responsáveis por “garantir a ordem e a segurança no interior dos estabelecimentos prisionais, desempenhando ações de vigilância interna e externa, inclusive muralhas e guaritas, bem como em órgãos e locais vinculados ou de interesse do sistema prisional”<sup>8</sup>

---

<sup>8</sup> Atribuições presentes nos Instrumentos Convocatórios para preenchimento de quadro de pessoal nas unidades prisionais de Minas Gerais

### 3. OS (AS) AGENTES DE SEGURANÇA PENITENCIÁRIA

*“ O agente tem uma importância muito maior do que abrir e fechar portões, maior mesmo do que ele pensa ter”*

*(Zimmerman e Couto, 2002)*

Carecemos de estudos sobre os agentes de segurança penitenciária, apesar de serem os responsáveis por toda a movimentação e o cotidiano nas unidades prisionais e constituírem “o contingente que tem um contato mais imediato com os detentos” (Bode de Moraes, 2005. p. 51).

Alguns poucos autores internacionais têm demonstrado interesse sobre a temática dos trabalhadores das prisões; dentre eles podemos citar Kauffman (1988), Benguigui, Chauvenet e Orlic (1994), Lhuillier e Aymard (1997). No Brasil ainda são poucos os estudos mais aprofundados sobre os agentes, como o de Bode de Moraes (2005), e Chies (2005). A escassez de estudos, bem como notícias veiculadas nas grandes mídias, contribuem para os estereótipos dos agentes como torturadores, violentos, corruptos, dentre outras características negativas. Como destaca Bode de Moraes (2005),

“Em verdade, considerando-se como são representados nos filmes, na literatura e na imprensa, os agentes penitenciários sentem-se como os ‘homens maus’ da história. Tudo se passaria como se, no interior do sistema penitenciários, houvesse uma inversão de valores e os bandidos e ‘maus’ passassem para o lugar de vítimas, perseguidas, agora, pelos agentes penitenciários, seus satanizados algozes.”

Em Minas Gerais, o único estudo de que temos conhecimento foi realizado pelo Prof. Virgílio de Mattos no interior da Penitenciária Feminina Estevão Pinto. O livro intitulado “De uniforme diferente – O livro das agentes” mostra “a rotina, os sonhos e os medos dessa população de trabalhadoras invisíveis.” (Mattos, 2010).

### **3.1. As normas que regem o trabalho dos agentes de segurança penitenciária**

Segundo a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), do Ministério do Trabalho e Emprego, os agentes de segurança penitenciária pertencem ao grupo 5173 que define os vigilantes e guardas de segurança, os carcereiros, guardas de presídio, agente penitenciário, inspetor de presídio.

“Vigiam dependências e áreas públicas e privadas com a finalidade de prevenir, controlar e combater delitos como porte ilícito de armas e munições e outras irregularidades; zelam pela segurança das pessoas, do patrimônio e pelo cumprimento das leis e regulamentos; recebem e controlam a movimentação de pessoas em áreas de acesso livre e restrito; fiscalizam pessoas, cargas e patrimônio; escoltam pessoas e mercadorias. Controlam objetos e cargas; vigiam parques e reservas florestais, combatendo inclusive focos de incêndio; vigiam presos. Comunicam-se via rádio ou telefone e prestam informações ao público e aos órgãos competentes”. (MTE, 2002)

Ainda explicitam as condições gerais do exercício da atividade, a saber:

Estão sujeitos a risco de morte e trabalham sobre pressão constante, expostos a ruídos(...), poeira, fumaça e baixas temperaturas.” (MTE, 2002)

A Lei de Execução Penal trata do pessoal penitenciário nos artigos 75 a 77. A LEP traz especificações sobre os deveres e a disciplina que devem ser cumpridos pelos presos, incluindo as disposições sobre faltas disciplinares, sanções e recompensas, porém não traz muitas informações sobre o trabalho dos agentes.

“Há dois pontos básicos para a constituição do pessoal penitenciário, à altura de sua missão, segundo o objetivo da execução penal, a saber, a reeducação e a reinserção social do condenado e do internado. A isenta seleção dos candidatos, em base científica, isto é, por meio de testes de personalidade, a entrevista coletiva, investigação social, bem como a administração de cursos de formação continua antes da admissão e durante a carreira” (Albergaria,1987)

Como Foucault nos mostrou, na prisão existem disciplinas rígidas em relação ao tempo, às atividades, à maneira de ser, aos espaços, ao jeito de vestir. Os agentes de segurança penitenciária, assim como os presos, por estarem dentro dos estabelecimentos prisionais, também seguem rotinas disciplinares. As atividades executadas pelos agentes penitenciários devem seguir um Procedimento Operacional Padrão (POP), que é um instrumento utilizado pela Subsecretaria de Administração Prisional para padronizar a rotina diária e os atendimentos ao preso, bem como a segurança das unidades prisionais em todo o estado de Minas Gerais.



## 4. O TRABALHO

*“(Na prisão) o real é fragmentado e confuso, para compreendê-lo torna-se necessário contactá-lo a partir da relação empírica” (Sá, 1996, p. 39)*

O campo de estudos sobre o trabalho é amplo, envolvendo pesquisadores das mais diversas áreas e os mais diferentes grupos de trabalhadores, porém, certas categorias de trabalhadores ainda geram pequeno interesse por parte dos estudiosos. É o caso dos agentes de segurança penitenciária que, quando são estudados, são considerados a própria objetivação do mal do encarceramento. Como revela Bode de Moraes (2005, p.14),

se os agentes penitenciários, por acaso, aparecem nesses estudos, são apresentados para reforçar o caráter negativo da instituição (prisão), ou seja, com algumas exceções, quase sempre como violentos e corruptos.

Mesmo em estudos, muitas vezes o senso comum prevalece sem levar em conta o trabalho real e a organização ao qual estão submetidos.

Entendemos que o trabalho tem um lugar central na vida de todo ser humano, pois em sua relação com a natureza o homem a transforma e transforma a si mesmo. Nas palavras de Vieira et AL (2007), “o trabalho se apresenta como elemento constituinte da essência humana, da experiência, do saber/aprender fazer de cada um.”

O trabalho se constitui como possibilidade incessante de novas significações, do exercício da criatividade, da criação. Segundo Viegas (1989, p. 6),

O trabalho é a forma humana de fazer jus à vida, é a forma humana de produzir, não no sentido de criar objetos reificados, simplesmente, mas no sentido de criar significações, (...) que se desdobram indefinidamente.

Ao analisar o trabalho, encontramos questões da sociedade embutidas nessa análise. Entende-se, assim, este, como uma demanda pela transformação da realidade. (Lhuilier, 2006). O ponto de partida para compreender o conceito é a distinção que a ergonomia revela entre trabalho prescrito e trabalho real.

O trabalho prescrito é a atividade pensada teoricamente, antecipadamente, o modo como o trabalho deve ser executado, é o conjunto de normas, regras.

“É o que a hierarquia, a organização, o planejamento sobreposto à execução impõem como determinação do trabalho, como conjunto de normas e regras.” (Zamboni e Barros, 2012)

No entanto, cada ser humano tenta recompor um pouco o meio de trabalho em função do que ele é e de como ele imagina e deseja que o mundo seja. Trabalhar exige dar conta de uma realidade bem mais complexa do que aquela prescrita, em razão da variabilidade das situações de atividade (Schwartz e Duirrive, 2007). As prescrições

nunca dão conta de contemplar todas as situações encontradas no cotidiano de trabalhar.

Entendemos, então, dessa maneira, o trabalho real, como o que os sujeitos realmente fazem, o que é particular, singular. No seu dia a dia de trabalho, o trabalhador faz muito mais do que o prescrito pois ele é chamado à resolução de problemas que não poderiam ser previstos ou respondidos através dos ditos “procedimentos padrões” (Vieira, 2006).

“O trabalho real é o que o trabalhador faz, como ele executa o trabalho, considerando as normas e regras prescritas numa operação sempre diferente em relação a esse prescrito” (Zamboni e Barros, 2012)

“O exercício do trabalho se acompanha sempre do encontro com o inesperado, com situações problemas às quais não estamos preparados, questões, falhas, às quais não sabemos responder” (Lhuillier, 2006)

É importante considerar o que o trabalho demanda dos trabalhadores; o que ele (o trabalhador) faz mesmo quando não se verifica nenhuma ação externa. O que tentamos entender, aqui é a constante interação entre a subjetividade e a objetividade (Lima, 2002)

Essa é a premissa de base da Clínica da Atividade, desenvolvida por Yves Clot (2006). “A clínica da atividade visa entender o desenvolvimento, a história do desenvolvimento e os empecilhos da atividade”. É uma teoria utilizada pra compreender o desenvolvimento do “poder de agir” do sujeito no trabalho. Em outras palavras, a clinica da atividade desdobra a questão da atividade prescrita e real (ou realizada),

trazendo um novo conceito, o de real da atividade, que é tanto o que o trabalhador faz, como o que deixa de realizar, a “atividade reprimida”. O que vai ao encontro da realidade de trabalho de nossos sujeitos de pesquisa.

“O real da atividade é também aquilo que não se faz, aquilo que não se pode fazer, aquilo que se busca fazer sem conseguir – os fracassos -, aquilo que se teria querido ou podido fazer, aquilo que se pensa ou que se sonha poder fazer alhures. É preciso acrescentar a isso – o que é paradoxo frequente – aquilo que se faz para não fazer aquilo que se tem que fazer ou aquilo que se faz sem querer. Sem contar aquilo que se tem que refazer.” (Clot, 2006)

A perspectiva ergológica (Schwartz, 2007) também traz importantes contribuições para a análise da atividade de trabalho, pois coloca o saber dos trabalhadores no centro do estudo, percebendo que “é preciso estar atento à atividade das pessoas que trabalham” (Schwartz e Durrive, 2007.p. 28). A ergologia é, portanto um modo de apreender o debate de normas e valores presentes na atividade; é “uma disciplina do pensar, que nos obriga a abordar os conceitos, valendo-nos de uma ausculta clinica do trabalho humano” (Cunha, s.d)<sup>9</sup>

É na gestão da distância entre o prescrito e o real e no debate de normas e valores, que está situado o trabalho do agente penitenciário. O que tentamos compreender é, além do que ele faz, também o que ele deixa de fazer, o que poderia fazer e não faz, o que gostaria de fazer e não pode, incorporando, assim, as vivências internas deste trabalhador.

---

<sup>9</sup> Texto retirado do site: [www.anped.org.br](http://www.anped.org.br)

Para compreender o que se faz, a noção de competência deve ser trabalhada. Competência seria a junção de certos ingredientes para agir no trabalho. São seis os ingredientes citados por Schwartz e Durrive (2007).

O primeiro ingrediente diz respeito ao domínio dos protocolos, das regras, das normas antecedentes. Essas normas podem incluir os regulamentos, os manuais, os documentos, as leis, portarias e instruções. Porém, nem todo o conhecimento que vem das regras pode ser aprendido de modo formal, por isso,

“o trabalho é sempre execução de protocolos, mas é também um encontro entre portadores de experiência, de saber, de competência e de circunstâncias de trabalho marcadas por variabilidade em suas múltiplas dimensões como produto engendrado historicamente” (Cunha, s.d)

Existe um elemento diferente que tem relação com o que uma situação pode ter de histórico. Schwartz e Durrive (2007). O segundo ingrediente é a capacidade de antecipação diante dos eventos e problemas que podem acontecer no trabalho. O terceiro ingrediente da competência é a capacidade de articulação entre o aspecto protocolar e o aspecto singular da situação. “Tal competência se mostra na facilidade em, por exemplo, tomar decisões oportunas ao confrontar a regra e os casos particulares “ (Cunha, s.d)

Existe, ainda o ingrediente que concerne ao debate de valores ligado às diferenças impostas pela atividade. “ O ingrediente 4, ligado ao debate de normas que

cada um de nós vive em seu meio de trabalho, conserva um tipo de laço de retroação sobre os ingredientes precedentes.” Schwartz e Durrive (2007).

Um quinto ingrediente diz respeito à capacidade de pôr em sinergia os outros ingredientes (potencializá-los ou desenvolve-los). Finalmente, o ultimo ingrediente seria a capacidade de trabalhar em equipe. “A competência para gerir e criar sinergias entre individualidades e coletivos de trabalho. “ (Cunha, s.d)

“Conseqüentemente, a capacidade de trabalhar em equipe consiste em assumir suas responsabilidades onde se deve assumi-las, e ao mesmo tempo consiste em ser modesto onde convém ser. Capacidade que está muito ligada, seja à diversidade das histórias humanas, seja ao reconhecimento e respeito desta diversidade das histórias humanas, seja ao reconhecimento e respeito desta diversidade e à compreensão de que o trabalho coletivo hoje – na medida em que ele atravessa sempre todos esses ingredientes – supõe uma espécie de pôr em sinergia esses diferentes ingredientes, não em si mesmo, mas coletivamente.” (Schwartz e Durrive, 2007).

A Clínica da Atividade e a Ergologia serviram de suporte ao nosso esforço de compreender parte do real do trabalho dos agentes de segurança penitenciária.

“A visão de que o trabalho nunca é individual, sendo constantemente atravessado pela atividade de outros e por processos de singularização ou ressingularização, pode ser considerado característica tanto da ergologia como da Clínica da Atividade”. (Souto, 2001)

## **5. ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO DOS AGENTES**

O trabalho dos agentes penitenciários possui uma organização específica que gira em torno da estrutura prisional. Tanto em relação ao ingresso no sistema, às funções que exercem dentro da unidade e à ascensão quanto aos cargos de chefia.

“A organização do trabalho é a forma pela qual se ordenam e se coordenam as diferentes tarefas necessárias à realização dos objetivos de uma organização ou empresa. Ela implica uma certa divisão do trabalho, uma coordenação entre essas tarefas, uma organização temporal das diversas atividades, envolvendo equipamentos (tecnologia), homens e materiais.” (Lima, 1997)

### **5.1. Contrato de trabalho e ingresso no sistema**

O ingresso no sistema prisional de Minas Gerais se dá de duas formas distintas, via concurso público ou via processo seletivo. Na cidade onde foi realizada a pesquisa, todos os agentes entraram no sistema via processo seletivo e são, portanto, contratados pela Secretaria de Defesa Social do Estado de Minas Gerais. O contrato administrativo é válido por três anos e ao final desse período pode ser prorrogado por mais três anos. Manter este tipo de contratação precária reforça a idéia de uma redução de investimento no profissional de segurança penitenciária.

Os agentes de segurança devem ter, no mínimo, 18 anos e Ensino Médio completo no momento da contratação. A seleção se dá através de duas etapas. Na

primeira ocorre a análise de currículo e avaliação psicológica; a segunda etapa ocorre no momento do treinamento introdutório. Além das duas etapas, é feita investigação social com o objetivo de verificar a idoneidade e conduta compatível com a responsabilidade do cargo de agente.

As atribuições especificadas para o cargo são: garantir a ordem e a segurança no interior dos estabelecimentos prisionais, desempenhando ações de vigilância interna e externa, inclusive muralhas e guaritas, bem como em órgãos e locais vinculados ou de interesse do sistema prisional. Exercer outras atividades que vierem a ser incorporadas ao cargo por força de dispositivos legais.<sup>10</sup>

“Desenvolver um trabalho penitenciário voltado às garantias dos direitos humanos do preso em seu processo de ressocialização e conciliar os interesses de segurança da população constitui-se na tarefa mais árdua da profissão.” (Correia, 2006)

Segundo os agentes, a principal tarefa na penitenciária é “cuidar de preso” (sic). Passam a maior parte da sua jornada de trabalho tentando solucionar possíveis demandas dos sentenciados.

Assim que entram no sistema compram o seu uniforme de trabalho, que custa em torno de R\$900,00 dividido de 3 vezes e descontado no próprio salário. Depois recebem uma ajuda de custo para suprir a necessidade de outros gastos com vestuário.

O vencimento básico é de R\$ 1.954,67 (um mil novecentos e cinquenta e quatro reais e sessenta e sete centavos). Como foi relatado, mais de 70% dos entrevistados

---

<sup>10</sup> Extraído do Instrumento convocatórioSRHU/SEDS no. 044/2012 de 28 de setembro de 2012.



recebem o dobro do salário anterior e ainda assim possuem outra fonte de renda, o que é permitido na carreira de agente de segurança penitenciária.

## **5.2. Treinamento**

Os agentes, ao entrarem no sistema, recebem treinamento oferecido pela Escola de Formação Penitenciária (EFAP). No complexo penitenciário em questão essa formação durou cerca de quinze dias. Os agentes afirmam que não foi suficiente nem para começarem a entender o trabalho feito dentro do sistema. Apesar de respaldados por lei, já que o parágrafo 1º. do artigo 77 “condiciona o ingresso e a promoção funcional a cursos específicos de formação, procedendo-se à reciclagem periódica dos servidores em exercício”, eles não recebem uma capacitação continuada, e os que possuem cursos (tiro, escolta armada), tiveram que fazê-los por conta própria, utilizando dos próprios recursos.

Podemos ver, nessa profissão, um reflexo do modo de produção capitalista, no qual,

“ O processo de valorização do capital exige que todo trabalho, na medida do possível, seja simplificado ao máximo. Com isso se reduzem as necessidades de treinamento da mão de obra, diminuindo o custo de sua reprodução e, assim, o valor da força de trabalho.” (Lima, 1997)

Isso pode ser observado na negligência do Estado quanto à formação continuada dos agentes. Nas falas de alguns gestores da Secretaria de Defesa Social

de que “o serviço de agente pode ser executado por qualquer um”, nota-se extrema desvalorização e simplificação do trabalho.

Os agentes relatam que aprendem, de fato, o trabalho com os companheiros no dia-a-dia, já que o Estado não oferece formação adequada. Há total ausência de treinamento específico, segundo os agentes, para utilizar uma das ferramentas de trabalho: as armas.

“Somos marionetes na mão do Estado. Não temos preparo nenhum”. (sic)

Percebemos, com isso, a total falta de apoio do Estado e o não envolvimento efetivo dos mesmos com o trabalho desses profissionais.

“Não existe na estrutura organizacional do Estado um mecanismo de prevenção, de suporte multidisciplinar ou mesmo de dinâmica operacional da profissão que viabilize mesmo que minimamente a proteção institucional destes profissionais.” (Correia,2006)

“Aqui ou a gente aprende ou aprende; aprende na marra.”(sic)

Os agentes reivindicam uma revisão nas temáticas tratadas no curso de formação, mais condizentes com o dia-a-dia dos trabalhadores, bem como a oferta de treinamentos periódicos como: defesa pessoal, uso progressivo da força, relacionamento interpessoal, Direitos Humanos, técnicas de imobilização e algemação, manuseio de armas de fogo e tonfas, dentre outros.

### **5.3. Ambiente físico, escalas, equipes de trabalho e remuneração**

A unidade prisional objeto deste estudo tem construção recente, contando com oito alas, sendo sete masculinas e um a feminina. Apesar de a unidade ser considerada moderna, houve episódios de fugas, tentativas de fugas e motins. Segundo Correia (2006), “significa dizer que o estado de alerta, a tensão permanente são condições marcantes na dinâmica penitenciária”.

A carga horária de trabalho, exigida pela Secretaria é de, no mínimo, 40 (quarenta) horas semanais, podendo ser cumpridas em escala de plantão (12 horas de trabalho por 36 de repouso) ou ainda diaristas (8 horas diárias). Esta carga horária de plantão auxilia os agentes que pretendem ter outros empregos no período noturno (quando sua escala é diurna) ou trabalhos durante o dia (quando fazem plantões noturnos).

Os agentes que trabalham em escala de plantão são divididos em quatro equipes (A, B, C e D), sendo duas diurnas e duas noturnas. Eles fazem revezamento nas funções dentro da penitenciária, diferentemente dos diaristas que são separados por grupos de trabalho, como Transito Interno, Produção e Escolta.

Quanto ao uso do fardamento, todos os agentes de segurança penitenciária trabalham vestidos de calça preta, blusa bege com o emblema do sistema prisional e tarjeta identificadora, além do coturno preto. Caso esteja frio, podem usar a jaqueta preta do sistema, que também faz parte do uniforme.

A utilização do colete a prova de balas é dispensável nos postos dentro da unidade (já que é proibido o porte de arma dentro da unidade), porém em outros, como escolta e muralha, fazem parte do uniforme obrigatório. Apesar de ser um equipamento de proteção individual, portanto de uso pessoal, muitas vezes observou-se o uso do mesmo colete por mais de um agente penitenciário. O protetor solar, que deveria ser fornecido pelo Estado, raramente chega às mãos dos agentes que trabalham expostos ao sol.

Os coturnos são de uso indispensável. Devido ao peso e ao desgaste decorrente do uso, vários agentes reclamam deste tipo de calçado, queixando de desconforto no uso do calçado de oito a doze horas por dia.

#### **5.4. Funções**

“As histórias dos carrascos, carcereiros, guardas de presídios, agentes de segurança penitenciária, independentemente do ‘tempo histórico’, guardam em comum um aspecto: o fato de sempre terem estado ligadas às situações de torturas, agressão, vigilância e fiscalização e a outros mecanismos disciplinadores utilizados para aplicar o castigo considerado justo, para punir o desvio, promover a adequação e manter uma determinada ordem social “ (Silva, 2010)

Várias são as funções que os agentes exercem dentro do Complexo Penitenciário, apesar do trabalho do agente estar, sempre, articulado com o trabalho dos outros agentes que atuam na unidade. As atividades, geralmente são realizadas num sistema compartilhado de trabalho, onde a ação de um influencia consideravelmente a atuação do outro em seus postos de trabalho.

### 5.4.1. ESCOLTA

Escolta é o ato de conduzir alguém de um local ao outro como medida de prevenção, preservação ou proteção. São responsáveis pelo trânsito externo dos presos, como audiências no fórum, idas ao hospital, enterro, transferência de unidade, dentre outros. A escolta é feita por agentes que possuem cursos de tiro, já que portam armas de fogo durante sua jornada de trabalho.

Existe um treinamento para a escolta, mas são os próprios agentes que procuram fazer, pois a SEDS não oferece e os agentes pagam do próprio bolso. No início da atividade de escolta, segundo os agentes, o diretor de segurança da unidade, que já havia trabalhado nessa atividade em outras unidades, repassou todos os conhecimentos. “Tudo o que eu sei, aprendi com o diretor, tento trabalhar do jeito que ele trabalhava” (sic). No início do funcionamento dessa unidade, o diretor colocou na escolta pessoas que tinham disposição e dinheiro para fazer o curso por conta própria.

A unidade possui três equipes de escolta. O horário de trabalho é de segunda-feira a sexta-feira, de 08h00min às 17h00min, mas como, normalmente, as escoltas vão até mais tarde, possuem uma folga semanal, além do final de semana, para compensar as horas extras.

Antes de toda escolta, existe um procedimento padrão: os agentes pedem para os presos irem ao banheiro e tomar água, já que não podem parar na estrada para isso. Quando o percurso é muito longo, já é planejada uma parada em alguma unidade

prisional próxima. Eles param se houver necessidade de ir ao banheiro ou almoçar, mas antes, avaliam o local (já sabem os pontos das paradas). Se o detento vai ao banheiro, um agente vai junto com ele ou o detento deixa a porta entreaberta. O agente está sempre muito próximo.

Nunca conduzem homens e mulheres na mesma viatura. Segundo os agentes, “na escolta, não tem jeitinho; nunca pode quebrar a segurança” (sic). Na fala dos agentes pode-se perceber e extrema preocupação não só com a segurança do preso, mas com tentativas de fuga e com a própria segurança dos agentes. Existe uma escala de prioridade para a realização da escolta. Primeiro é o encaminhamento para o fórum, depois são as emergências de saúde, logo após as transferências de rotina.

Todo pedido chega para a escolta através do NSI (Serviço de Informação) que faz um ofício e envia junto à cópia do documento encaminhado pelo Fórum. Quem está na escolta sempre confere os dois, para não haver nenhum erro de trajeto.

Existe uma “determinação/ recomendação” dada pela SEDS que as viaturas não podem rodar depois das 18:00, porém no cotidiano de trabalho o real ultrapassa o prescrito.

Quando a viagem é longa e tem que dormir em outra cidade recebem uma diária que pode ser paga de três formas: 1) Diária antecipada (15 dias antes – se o ofício chega antes disso); 2) Diária em trânsito (O diretor pode fazer esse pedido, mas é difícil de conseguir); 3) Diária vencida (3 a 4 meses depois da escolta). Não é para toda viagem que são pagas as diárias. Se fizer ida e volta no mesmo dia para alguma penitenciária da SUAPI, já que podem fazer as refeições no local, não recebem. A

diária paga é de R\$80,00 a R\$100,00, recebendo meia diária para viagens com duração inferior a 24 horas. Além da necessidade de prestar contas das despesas, ainda precisa comprovar que não se alimentou em alguma unidade prisional no caminho.

O responsável pela manutenção da viatura (pneus, revisão, etc) é um auxiliar administrativo, mas quem faz o comunicado sobre o que é necessário reparar é o motorista da viatura, que é um agente penitenciário.

Nos casos de viagens com presos, o NSI e/ou a Inteligência verificam detalhes como quanto tempo de pena tem, se tem comunicado, tentativa de fuga, etc. Geralmente o motorista faz um contato com o NSI ou Inteligência para saber da periculosidade do preso. Muitas vezes o diretor também tem informações e faz contato com a escolta.

Quando constatado que a escolta é de risco, adotam dois procedimentos. Convocam o Grupamento de Intervenção Tática ou fazem contato com a Polícia Militar para pedir apoio (quando é caso de comoção pública ou tumulto).

Uma das escoltas de maior dificuldade, apontada pelos agentes, é levar o preso para um velório. É o caso de escolta de risco pois não se sabe o que pode encontrar. No caso de mortes de familiares, a SEDS recomenda que leve os detentos, mas a decisão final é do diretor da unidade prisional que analisa a periculosidade, a situação do preso, o local onde será o enterro, etc. A escolta que decide quanto tempo vai ficar no velório, de dez a quinze minutos. Se é algemado ou não depende da equipe

(geralmente passa só a algema com os braços na frente do corpo) e só permite os familiares de 1º grau ficarem na sala.

Essas escoltas, que envolvem comoção, trazem para o agente uma mistura de sentimentos; ao mesmo tempo em que tem que prezar pela sua segurança, a do preso e de seus familiares, coloca-se no lugar deles e percebe a complexidade da situação.

“Tem escolta que a gente emociona demais, mas tem que manter a postura: pai abraçando filho, criancinha pequena.”

Antes de desembarcar, o líder avalia o local, avisa o procedimento para o parente mais próximo e normalmente é essa pessoa que pede para as outras pessoas saírem. “Tudo depende do bom senso da escolta, tudo depende do caso”.

“O bom é assim. Quando tem que escoltar o preso num enterro...Multidão, você não sabe o que vai acontecer. Audiência com sala lotada... Dá mais emoção...”

O coordenador trabalha junto aos líderes da equipe para fazer a escala de escoltas de forma mais justa, para separar as viagens. Tenta separar mais ou menos da mesma forma, para terem uma isonomia no trabalho no que diz respeito à quantidade de viagens longas, diárias. O líder da equipe tem autonomia para tomar decisões. Quando chegam existe uma pasta com as escoltas do dia; principalmente o líder tem que saber.

“Eles entendem hierarquias. Isso é importante para questão de organização.”  
(sic)

“A escolta não faz outra função, não tem tempo. Se vê que não vai conseguir fazer todas as escoltas, procura desmarcar o que pode desmarcar.” (sic)



Nas audiências, além de conduzirem o preso até o local de destino, eles observam a movimentação do lado de fora do fórum, guardam as viaturas e acompanham o julgamento. Fazem uso de armas com munição letal e a todo momento ficam com a arma em punho. O agente permanece de pé enquanto durar a audiência. Os trabalhadores que estão próximos ao preso ficam desarmados e, se algum agente armado tem que se aproximar, ele segura firme na arma, como se a estivesse protegendo. Os agentes que ficam na porta utilizam arma longa (eles ficam mudando o peso de perna pois, segundo eles, cansa muito). Normalmente ficam com a mão no colete (lembrando o comportamento de policiais).

As escoltas para cidades distantes acontecem da seguinte maneira: Dentro do carro dois agentes permanecem posicionados no banco traseiro, nas laterais, com armas longas. Na parte dianteira da viatura estão o motorista e outro agente com arma em punho. Uma consideração importante é a não utilização do cinto de segurança durante o percurso. Ao serem indagados relatam que com o cinto têm menos agilidade caso algo (como uma fuga ou tentativa de resgate) aconteça. Porém esse comportamento coloca em risco a segurança dos agentes em caso de acidente.

“A escolta não é só dirigir. Tem segurança, atenção...” (sic)

“O perigo da estrada é de acidente. Tem que rezar todo dia antes de sair”. (sic)

No momento de parada das viaturas, os agentes ficam posicionados de forma específica, cada um num canto da viatura. “O momento da parada é bem delicado”. (sic)

Quem está de arma longa é o primeiro a entrar no combate caso o veículo pare. O agente que fica do lado do motorista é quem acompanha o preso no desembarque.

Quanto ao uso do Giroflex da viatura, os agentes dizem que deve ser bem pensada a escolha da utilização ou não, pois seu emprego pode gerar um tumulto, ou até mesmo uma batida. Mas quando passam por regiões perigosas, ligam o dispositivo para ganharem mais agilidade no trânsito.

Durante a escolta a conversa desenrola-se normalmente (futebol, filme, coisas pessoais), mas evitam falar de coisas comprometedoras (falar mal de agentes, armamentos, problemas na unidade, assuntos pessoais). Algumas vezes conversam com os presos, mas não gostam de “dar muita corda” (sic). Muitas dessas conversas são para obterem informações dos presos (perguntam se tem amigos, inimigos, essas coisas.) “Não batemos papo desnecessário com preso não”. (sic)

Como o trabalho da escolta é, normalmente, fora da unidade, reclamam da falta de visibilidade da sua função. “As pessoas não veem a gente trabalhando. Quando nos veem é quando não estamos trabalhando. Quando estou aqui parece que sou invisível”. (sic)

A alimentação durante a viagem é feita de forma precária, pois na maioria das vezes, existe um prazo para a entrega do detento no seu local de destino, então somente podem alimentar-se depois de cumprida a tarefa determinada. Normalmente, passam de seis a oito horas sem comerem nem beberem nada.

#### 5.4.2. MURALHA

Os agentes que trabalham na muralha são responsáveis pela vigilância do espaço interno e externo da unidade. Ficam nos muros da unidade e, normalmente, passam o plantão de pé, expostos ao sol e chuva e são os únicos que portam armas no interior da unidade prisional. Para ser selecionado ao cargo de “muralha”, a prioridade é possuir curso de tiro e o coordenador analisa também o comportamento do agente e sua “índole” fora do sistema.

No início da atividade, quando trocam de turno com o agente da outra equipe, é realizada uma inspeção de segurança no armamento, na munição e no carregamento (como a granada de efeito moral).

No dia de visita, eles dizem estar ali para “dar segurança para os presos e familiares” (sic). Ficam vigiando, também, para impedir atitudes que sugiram algum tipo de relação mais íntimas entre eles. Os presos podem abraçar e beijar suas esposas ou maridos, mas algo a mais já são advertidos no mesmo momento pelos agentes da muralha que, também, informam por rádio o acontecido para os “gaiolas” que reprimem o preso.

Nestes dias não usam óculos escuros, mesmo que esteja sol, pois os presos podem achar que eles estão olhando para seus familiares e isso geraria um conflito enorme. O momento em que relatam precisar de mais atenção é na hora que os familiares podem utilizar os banheiros (às 12:00 e às 15:00), pois há grande movimentação de pessoas.

Em caso de brigas, primeiramente, é feita uma advertência verbal e a visita é retirada do pátio. Caso a visita não queira sair, o preso é levado imediatamente para a cela e um superior é chamado para conversar com ele e dar um possível comunicado. Os agentes não podem tomar nenhuma atitude extrema ao preso com visita na ala, como relatam.

O espaço físico da muralha é composto por guaritas em suas extremidades, e somente uma delas possui um pequeno banheiro que os agentes podem utilizar. Eles fazem a ronda em toda a extensão das alas, e mesmo com chuva realizam seus trabalhos munidos de capas fornecidas pelo estado (em cada guarita tem um acessório). Além do fardamento habitual fazem uso de coletes a prova de balas durante toda a jornada de trabalho e, nos dias de sol, podem utilizar o boné (parte do uniforme) também.

Dizem utilizar, no seu trabalho, muito da escuta e da visão. Precisam ter bastante atenção para observar se algo está sendo passado do pátio para as celas.

“Quando os presos querem fazer alguma coisa errada eles levantam suspeita. Ficam olhando pra cá o tempo todo.” (sic)

No fim da visita, quando os familiares já se retiraram, o agente da muralha grita para os presos: “Formação”, e eles ficam sentados enfileirados separados por cela. O agente fala o numero da cela e cada fila se dirige para o corredor com a cabeça baixa e as mãos para trás para que o procedimento de revista possa ser realizado. O procedimento de revista acontece perto dos banheiros das visitas. Os presos tiram suas roupas, mostram para os agentes, agacham de frente e de costas, passam as mãos

nos cabelos, abrem a boca e mostram a língua; após esse procedimento colocam o vestuário novamente e entram para as celas.

### **5.4.3. INTENDÊNCIA**

Um agente de cada plantão é responsável pela sala da intendência onde ficam guardados os equipamentos que vão ser usados pelos agentes no horário de serviço. Lá são conferidos armamentos, munições, coletes a prova de bala, sprays de pimenta, escudos.

Os armamentos e munições são acautelados em um cofre. Além do armamento da unidade, as armas cadastradas dos agentes também ficam guardadas no local. Algumas munições, como as do GIT, ficam guardadas na própria base. No caso de emprego das munições, é necessário um comunicado interno justificando o uso, e solicitando reposição.

A sala possui uma mesa, uma cadeira, uma televisão, um relógio (que nem sempre funciona) e dois armários. As algemas ficam penduradas acima da mesa, lugar de fácil acesso. Ficam lá também os coletes e alguns equipamentos utilizados pelo GIT. No armário são guardados os rádios, as baterias, lanternas e cadeados.

Toda a movimentação do dia é anotada em quatro livros: armamento em serviço; escolta; Intendência; algemas, granada, materiais de serviço, tonfas, chaves e HTs (rádios portáteis). Os livros são assinados tanto quando a pessoa pega o material quanto quando devolve, depois da conferencia feita pelo agente da intendência. As

armas pessoais (dos agentes que possuem porte de arma fora do serviço) não precisam ser lançadas nos livros.

“Aqui o serviço é bem enjoado. Tem que contar tudo e dar conta de tudo.” (sic)

A intendência também é responsável pela manutenção e lubrificação periódica das armas. Apesar do agente responsável não ter recebido, do estado, formação adequada para a função.

Na troca de plantão, os agentes das duas equipes conferem juntos as armas, as munições letais e menos letais, e as granadas; além de colocarem as baterias dos rádios para carregar.

“A partir desse momento a responsabilidade passa a ser dele” (sic)

#### **5.4.4. GRUPAMENTO DE INTERVENÇÃO TÁTICA**

O Grupamento de Intervenção Tática (GIT) é um grupo de recebe treinamento especial para intervir nos momentos de maior dificuldade – como rebeliões e motins – dentro da unidades ou em outras penitenciárias do sistema. O GIT da unidade possui duas equipes, Alfa e Bravo, que se revezam fazendo uma escala de 12 horas de trabalho por 36 horas de descanso. A noite não possui nenhuma equipe, mas o celular dos agentes fica ligado 24 horas por dia. Caso estejam em lugares sem sinal de celular, devem avisar ao coordenador o seu paradeiro.

“Não pode abusar de festas ou bebidas, porque se acontecer qualquer situação seremos acionados e temos que estar em perfeito estado para ação.” (sic)

A sala do GIT é chamada por eles de QG (o que remete ao Quartel General do exercito) e possui uma televisão, um aparelho de DVD, uma geladeira, um armário, uma mesa, dois bancos, quatro cadeiras, duas banquetas de madeira, um cabideiro para os coletes a prova de balas. A maioria dos equipamentos supracitados foi adquirido pelos próprios agentes.

É uma equipe de referência do Estado, podendo atuar em todas as unidades prisionais, quando solicitados. É um grupo diferenciado de pronta resposta que dá suporte às unidades prisionais em Minas Gerais. Segundo um diretor de unidade prisional que já participou do GIT: “O GIT entra quando não existe mais conversa”(sic)

No Complexo Penitenciário em análise houve uma seleção na qual tiveram 85 inscritos e restaram 23. Na primeira etapa da triagem, os candidatos (todos já agentes penitenciários) tiveram que correr 15 km e fazer uma bateria de exercícios, sem água e sem alimentação. No primeiro dia já desistiram mais de 30 candidatos. Nos outros dias foram realizadas atividades que afetavam os agentes emocionalmente como, por exemplo, deixa-los numa caixa d’água, tampa-la e avisar que iriam enche-la até o fim, para ver quem aguentaria a pressão. Além disso, foram observados os comportamentos quanto à disciplina, concentração e respeito à hierarquia.

Os agentes do GIT, dentro da Unidade, são responsáveis por retirar os presos das celas para o banho de sol. No momento que vão realizar esse procedimento passam pela gaiola, pegam as chaves dos portões dos corredores e das celas e

começam a abertura dos mesmos. Primeiramente abre-se o portão de entrada e pede-se ao preso responsável pela faxina para aguardar no banheiro de visitas. Logo após vão abrindo cada cela e passam uma corrente para que o portão só dê passagem a um detento de cada vez. Pedem para os presos dizerem seu nome e INFOPEN (número de identificação no sistema penitenciário) enquanto o gaiola confere na lista, para terem certeza de que não existem presos em celas trocadas. Falam muito pouco com os presos, somente o necessário, pois os procedimentos já são de conhecimento dos detentos.

“No trabalho do GIT é ação, não comunicação.” (sic).

Segundo os agentes, é importante que não exista nenhum laço entre os presos e eles. Apesar disso, às vezes precisam responder a algum questionamento feito pelos detentos.

“Não tem como não falarmos nada, gera estresse. Tem que dar alguma satisfação, dar uma satisfação mínima. Tem que ser curto e grosso.” (sic)

Devem-se seguir os procedimentos à risca. Segundo os agentes, a única função simples é “tirar banho de sol”. Não xinga nem agride, porém a fala é firme. A função parece com a de um grupo de choque, tanto é que, entre eles, não se tratam pelo nome, sim por números (zero um, zero dois, e assim por diante). Para realizar qualquer procedimento dentro da unidade eles vão com um fardamento diferenciado (camuflado), fazem uso de balaclava (parecido com uma toca ninja), capacete, luvas, joelheiras e armamento.



Quinzenalmente realizam um treinamento físico e tático. Fazem uso das armas que estão estragadas, de escudos, sacos de areia e pneus para a simulação dos procedimentos a serem adotados em caso de atuação do GIT. Normalmente o treinamento é coordenado por um agente que tem experiência com preparo físico (professor de educação física, de artes marciais, capoeira, etc). O treinamento acontece dentro da penitenciária numa área próxima ao canil. Somente a corrida é realizada fora da unidade.

“Aqui é tudo improvisado, a pista é feita de pneus velhos ganhados de borracharias e o saco de areia fomos nós que trouxemos.” (sic)

Quando a escolta é de grande periculosidade o GIT é acionado. Além das ações detalhadas acima, são responsáveis, também, por realizar a ronda na unidade. Sobem na muralha e analisam cela por cela, se existe alguma anormalidade, como algum lugar tampado por lençol. Inspeccionam a área próxima à grade externa da penitenciária a procura de possíveis objetos ou drogas jogados no local.

Durante as observações e entrevistas, pôde-se notar certa rivalidade entre o GIT e os agentes dos outros postos. Os agentes reclamam do ar de superioridade do GIT, podendo ser exemplificado com atitudes como não fazer as refeições no mesmo ambiente que os outros agentes, realizando as mesmas no QG. Isso faz com que, muitas vezes, por desconhecimento ou falta de dialogo, eles sejam vistos como quem tem regalias e mordomias no sistema. “O GIT só fica no bem-bom, trabalha muito menos que todo mundo.” (sic)

#### **5.4.5. CANIL**

No Complexo Penitenciário em questão temos, também, os agentes responsáveis pelo canil, que possuem a função de cuidar e treinar os cães que são utilizados na guarda dos presos e em outros procedimentos dentro da unidade.

Eles possuem uma organização própria que é feita dentro da equipe. Treinam os cachorros, escovam, alimentam os cães, dão banho, lavam os boxes onde permanecem durante parte do dia e dormem.

Existe um coordenador responsável pelo setor, que possui formação (doutorado) em Medicina Veterinária. Apesar dessa formação, como a função de agente não possui nenhum plano de cargos e salários, ele acaba recebendo o salário igual aos outros agentes. Ele faz a seleção para os agentes que tem interesse de trabalhar na área. A seleção consiste em uma prova teórica (baseada numa apostila elaborada pelo veterinário) e uma prova prática que tem a intenção de perceber quem “leva jeito” com os cães.

Os agentes do canil são responsáveis por dar suporte ao GIT nos momentos de retirada e recolhimento dos presos para banho de sol. Vão camuflados, com balaclava e capacetes, acompanhados de um cachorro treinado.

Como todos que trabalham no local dizem gostar de animais, é um sofrimento para eles o descaso com os cães, já que um problema apresentado nesse setor é a falta de suporte do Estado. Muitas vezes as rações apropriadas, remédios e outros itens tem que ser adquiridos pelos próprios agentes e, assim como as ferramentas de trabalho, devem ser confeccionadas pelos mesmos.

#### 5.4.6. PORTARIA

A função de portaria é atender o público em geral, além de controlar a entrada e saída de quaisquer pessoas ou veículos na unidade. Cadastram e registram as pessoas que irão adentrar no presídio e retêm os documentos de identificação, além dos celulares, que são proibidos dentro do Complexo. Fazem, também, o controle do armamento dos funcionários que possuem porte de arma e levam-na para a unidade.

É uma vigilância em posto fixo e há utilização de arma de fogo durante o trabalho. Além do fardamento comum a todos os agentes, usam coletes à prova de balas e, muitas vezes, boné para se protegerem do sol.

Eles possuem uma sala onde fica o computador, através do qual os agentes da portaria alimentam um sistema PRODEMGE, onde constam todos os dados do Estado (Polícia Militar, Detran, Sistema Prisional).

Quando uma viatura entra ou sai da penitenciária, os agentes da portaria conferem a quilometragem e vistoriam o carro, tanto na parte da frente quanto seu porta-malas.

Os agentes que estão de arma longa permanecem o dia todo em pé em frente ao portão de entrada. “Quando eu comecei, eu ficava mais tempo em pé. Hoje dou um jeitinho e sento de vez em quando. Quase morria de dor antes, mas agora já acostumei.” (sic)

Para entrar na unidade, as pessoas precisam portar documento de identificação e, se for visita, possuir um cadastro no sistema. No dia de visita, os agentes conferem a

entrada em três listas, uma onde tem os nomes dos presos separados por ala e cela, outra com todas as informações, inclusive INFOPEN, e uma terceira na qual constam os nomes dos presos que estão de castigo e não podem receber visita.

“ A portaria é o coração da unidade. Se acontece algo de errado, é porque passou daqui.” (sic)

No dia de visita, os familiares fazem fila do lado de fora da Portaria principal (P1) e os agentes chamam de acordo com o comando de quem está fazendo as revistas, para não haver tumulto dentro da unidade.

Na portaria encontra-se uma mesa de plástico com uma cadeira onde ficam as listas para conferencia. Na mesa também fica uma caixa feita pelos presos para guardar os celulares dos visitantes. Para isso utilizam uma etiqueta e escrevem o nome do dono do aparelho. Na saída, a visita tem o seu celular devolvido.

Varias são as ocasiões nas quais relatam passarem por “sufocos” na portaria. Como quando têm que fazer alguma visita voltar devido a trajes inadequados (saias ou blusas decotadas). Para diminuir o numero de caos, confeccionaram, junto ao setor administrativo, uma folha que é distribuída aos visitantes contendo informações sobre o tipo de vestuário permitido.

Outra situação relatada é quando a fila está muito grande e algumas visitas começam a se exaltar por estarem perdendo o tempo que ficariam com seus familiares presos. Como a revista é minuciosa, o efetivo não é suficiente e os locais apropriados para que a revista aconteça são poucos, isso acontece com freqüência. Alguns

contornam a ocorrência tentando acalmar o público, enquanto outros ignoram os xingamentos.

#### **5.4.7. GAIOLAS**

Os “gaiolas” ficam localizados dentro dos pavilhões e próximo às celas. Controlam o acesso de funcionários e presos às celas. Conferem todo o material – chaves, lanternas, laminas, espelhos, etc – das alas. Relatam quaisquer anormalidades no local de trabalho. Fazem a conferência de presos das celas através das listas de chamada.

Como ficam sozinhos, sentados, a maior parte do tempo, descrevem seu trabalho da seguinte forma:

“Aqui a gente só toma conta mesmo. Não deixa passar nada lá pra dentro”(sic).

“Na verdade, quem vigia é o muralha, mas dou uma olhadinha...” (sic)

Porém, quando o trabalho é analisado de perto, é muito mais complexo que o relatado. Ficam numa salinha com uma mureta de um metro e meio e todo o restante da parede, até o teto, de grade, muito parecida com uma gaiola, anexa às celas dos presos. Na mureta fica colada uma folha com todos os códigos que devem ser passados pelo rádio. (Em anexo)

“Aqui na gaiola eu to trancado, parado, preso”. (sic).

A sala possui uma mesa e uma cadeira de plástico e os agentes tem visão de todas as celas. Lá ficam todas as chaves das celas e dos portões da ala. “Essas chaves valem mais que ouro. Devem valer mais que minha vida.” (sic)

Alguns materiais que podem ser utilizados pelos presos, com restrições, ficam guardados na gaiola e são entregues para eles pela manhã e recolhidos no final da tarde. São eles: agulhas, régua, cortador de unha, espelho.

No momento em que pegam o plantão, leem a ata, para ver se ocorreu algo inesperado no plantão anterior e, junto com o agente que está deixando o posto, fazem a conferência dos presos. Conferem cela por cela chamando o preso pelo primeiro nome e o mesmo completa com os sobrenomes e o numero do INFOPEN. Sempre quem faz a chamada é quem está rendendo.

Esse é um momento de extrema importância, segundo os agentes. Deve ser feito com muita atenção, já que qualquer troca proposital de presos ou a ausência de algum deles é de responsabilidade de quem conferiu.

“Quando eu assumo o plantão abro a ata, relato os materiais, coloco quem são os diretores, os coordenadores, os inspetores e quem é o agente de plantão.”(sic)

Não podem deixar o posto desguarnecido em momento algum, então quando precisam utilizar o banheiro, tomar água ou se alimentarem, precisam que outro agente os substitua. Porém isso se torna difícil pois cada agente já está desempenhando uma função na unidade para que possa sair do seu local de trabalho.

“Aqui na gaiola é muito estressante, 12 horas sem conversar com ninguém. So preso te chamando, te chamando.”(sic).

A todo instante são solicitados pelos presos para resolverem problemas como falta de material de higiene pessoal ou medicamentos. Os agentes conseguem reconhecer os presos somente pela voz quando gritam o agente da sua cela. “Não tem como não conhecer cada preso, são 12 horas por dia com eles”.(sic)

“Tem preso muito chato e folgado, que pede coisa toda hora. Não pode acostumar... Chega uma hora que você tem que cortar.” (sic)

“Se toda hora que eles pedirem você dá, você vira empregado deles. Preso quer remédio, você pede na enfermaria e não tem. Eles acham que é culpa sua.” (sic)

Com o tempo os agentes vão percebendo o que deixa a penitenciária mais calma, e o que estressa os presos. “Tem algumas coisas que evitam problemas na cadeia: TV ligada é uma delas.” (sic)

Nos dias de banhos de sol e de visita, os agentes responsáveis pelas gaiolas fazem uma vistoria no pátio antes da entrada dos detentos e familiares. E todo dia as 17:00 ligam as luzes das celas e a partir das 17:30, eles enviam uma lista com a conferência dos presos para a inspetoria.

Nos fins de semana, é o agente da gaiola que libera as visitas para irem ao banheiro nos horários programados. Quando tem crianças no pátio elas podem ir ao banheiro a qualquer momento, a critério do agente.

“Das crianças não tem como cobrar nada. Para criança e idoso tem que abrir exceção. O coração fala mais alto, né?” (sic)

Muitos presos fazem artesanatos durante a semana e querem presentear seus familiares com os mesmos. As peças ficam nas gaiolas com o nome do preso e do

familiar e quando saem são entregues a eles. A preocupação maior do agente é sumir ou cair e se isso acontecer a responsabilidade é do agente que trabalha na gaiola.

Quando acaba a visita, o gaiola faz contato com o muralha, via radio, que separa dois presos(voluntários) para ficarem “soltos” e limparem o pátio. Apesar de o radio ser um equipamento essencial na realização do trabalho, ele só está disponível em todas as alas nos dias de visita, Nos outros dias, a cada duas alas, tem um radio que é revezado em seu uso.

“Sem radio, se houver briga, até sair para buscá-lo, já aconteceu uma morte.”  
(sic)

Relatam passar por muito estresse e ansiedade trabalhando neste posto. Além da solidão, como já exposto, se ocorrer alguma rebelião ou fuga, os primeiros alvos serão os gaiolas.

#### **5.4.8. TRANSITO INTERNO**

O transito interno é feito por uma equipe de agentes específica. Eles são responsáveis pela movimentação dos presos dentro da unidade, seja para o encaminhamento para consultas medicas, odontológicas ou psicológicas, bem como para a visita de advogados. É importante ressaltar que a abertura das celas é feita somente por dois ou mais agentes juntos, é o princípio da supremacia de força. Revistam os presos antes e após quaisquer movimentações e acompanham o preso no percurso e durante o período que ficam em atendimento.



Quando tem atendimento na P3, portaria onde ficam os psicólogos, enfermeiras, assistente social e pedagoga, o agente tem que ficar na porta em pé e de olho no vidro da porta. Se o técnico pedir para tirar a algema, primeiro eles tentam convencê-lo a somente colocar a algema pra frente. Caso não aceitem, pedem para que assinem um termo de responsabilidade.

Na unidade analisada, isso não foi relatado como problema; porém em outras unidades as quais temos informações, isto foi colocado como motivo de desavenças entre agentes e técnicos. Muitos agentes reclamam da falta de cuidado com a segurança por parte da equipe técnica.

São diaristas e o horário de trabalho é de segunda-feira a sexta-feira de 08:00 às 17:00, com uma folga de 15 em 15 dias. A equipe é composta por 12 agentes, porém todo dia tem um de folga. Eles possuem uma lista de presença e uma ata das atividades separadas dos demais agentes, que fica na P3 (portaria onde se encontram a inspetoria, a triagem e a enfermaria). O setores jurídico, médico, assistencial, psicológico, oitiva e escolta passam, pela manhã, todas movimentações que necessitam serem feitas pela equipe do Transito Interno.

Assim que recebem as listagem dos presos, fazem um rascunho com a separação de quem vai precisar ser retirado por ala e cela. “Isso agiliza o atendimento, além de melhorar a segurança. Olhamos em primeiro lugar as celas iguais.” (sic). Esta não é uma norma a ser seguida, porém os agentes adaptaram para que o trabalho se tornasse mais fácil.

O trânsito interno é responsável, também, por “pagar coisas”, que significa fornecer o que o preso precisa, como escova de dente (ou outro material de higiene pessoal), chinelos, cobertores, o medicamento prescrito pelo médico ou até mesmo algum analgésico que não necessita de prescrição, encaminhado pela técnica de enfermagem.

Quando vão retirar os presos da cela, os agentes gritam a palavra “Procedimento” e os presos dirigem-se, todos, para o fundo da cela. Assim chamam o preso pelo primeiro nome, ele diz os sobrenomes e o INFOPEN. Vai até a frente da cela, coloca os pulsos pra fora (através de uma abertura na grade) e é algemando. Volta com o braço para dentro da cela e os agentes abrem a “cambraia” (nome dado ao portão da cela) para que saia. Depois que o preso já está no corredor de acesso, é feita uma revista. Para isso os agentes utilizam uma luva que é a mesma para todos os presos.

Quando o preso vai receber algum tipo de atendimento, o agente fica em pé ao seu lado, durante todo o tempo que o preso permanecer fora da cela. Segundo os agentes, os presos normalmente reclamam pela falta de atendimento jurídico, assistencial, etc. “Não é a gente que prende ou solta, que fornece o atendimento ou não. Mas eles não entendem... Na verdade, é a gente que prende e solta, mas quem manda é o juiz.” (sic)

Os agentes desse setor não fazem uso de armas de fogo, pois estão em contato direto com os presos e isso seria prejudicial à segurança. Possuem uma tonfa (espécie de cassetete) e as algemas que serão utilizadas nos detentos.

Se algum presos da cozinha ou faxina vão no parlatório, tem que algemá-los, mesmo que nos outros momentos dentro da penitenciária permanecem sem algemas. Esta é uma prática que traz muitos questionamentos aos agentes. “ Se ele não oferece risco o dia todo, por que algema-lo nessa hora? Não faz sentido”. (sic) Apesar da percepção da ambiguidade da norma, obedecem sem hesitar.

#### **5.4.9. NÚCLEO DE PRODUÇÃO**

Os agentes do Núcleo Produção acompanham os presos que receberam o benefício de trabalhar na unidade e fora dela, como na lavanderia, horta, reciclagem, fábrica de gaiolas, fábrica de bolas, fábrica de cortinas, enfim, todas as atividades laborativas. O horário é diferenciado, de 08:00 às 18:00 de segunda-feira à sexta-feira. Mas eles decidiram pegar de 07:00 às 17:00. É o horário que os presos trabalham. Folgam aos finais de semana e possuem uma folga a mais de 15 em 15 dias.

“Na produção quem faz é o preso e a gente acompanha”. (sic)

Uma das atividades de trabalho dentro da unidade prisional é o cultivo da horta. Os presos são retirados da cela pelos agentes do Transito Interno e encaminhados até o agente responsável pelo local, que vigia os presos sozinho. Pegam as ferramentas de trabalho (pá, enxada, etc) numa salinha e, nesse momento, o agente não vigia muito; a impressão que se tem é possui confiança nos presos.

“Eu olho os 5 de longe mesmo. Em primeiro lugar você tem que saber tratá-los”.  
(sic)

“Não existe escravidão mais não. Foi-se a época.” (sic)

O agente chama os presos pelo nome e diz que “gosta das coisas organizadinhas”. Utiliza um guarda-sol ou usa protetor solar para trabalhar.

“Só pergunto o necessário, deixo eles trabalharem a vontade. Você não pode revoltar o preso, ta doido?” (sic)

“Aqui você protege mais o preso do que você”. (sic)

Outro preso que necessita de acompanhamento é o faxina, que é quem distribui as refeições aos detentos. Um agente acompanha o faxina que entrega o café, almoço, lanche e jantar e recolhe o lixo da cozinha.

Um dado que tranquiliza os agentes é que para os presos trabalharem na unidade, eles passam por uma serie de critérios como avaliação psicológica, observação de comportamento, tempo de pena, etc. “Eu não tenho medo dele não, eles tem que ter muita coragem para agredir um agente aqui dentro.” (sic).

Outro serviço destinado aos presos é a separação dos lixos recolhidos nas celas. Para isso há um abrigo onde os detritos são jogados diariamente. Um agente fica responsável por acompanhar os presos que trabalham no local. Permanecem em pé durante toda a jornada de trabalho e quando chovem utilizam somente uma capa de chuva para se protegerem. “Soldado é superior ao tempo.” (sic)

A SUAPI possui uma parceria com uma fábrica de bolas de futebol e voleibol. Vários presos trabalham colando os gomos das bolas. A função do agente é cuidar para que tudo transcorra dentro da normalidade sem brigas ou furto de ingredientes como a cola. O cheiro de cola é bem forte e o agente diz sentir sua saúde prejudicada por

passar 8 horas por dia num ambiente fechado com cheiro forte. “Eu tenho problema de adenoide, mas os outros agentes não aguentam o trabalho aqui. Tem os duzentões (estupradores), aí tem colega que não gosta”.(sic)

Essa situação é importante de ser ressaltada já que a grande maioria dos agentes diz não se importar de trabalhar em qualquer posto, porém se sentem incomodados da ala dos estupradores. Vê-se, aí, valores bastante arraigados que influenciam diretamente o trabalho dos agentes.

Na cozinha também tem presos trabalhando, o que é visto de forma bastante negativa pela maioria dos agentes. Eles sentem receio de que algo seja colocado no alimento dos funcionários, pois somente dois agentes vigiam cerca de oito presos.

“Na cozinha os presos estão fortemente armados, com facas, garfos e líquidos quentes. Tem coisas que o diretor tinha que abrir exceção, ali não é lugar de preso trabalhar.” (sic)

“Aqui a gente não pode sentar, tem que ficar em cima, não pode bobear nem um segundo.” (sic)

Além de vigiarem os presos tanto dentro da cozinha quanto nos momentos em que vão levar o lixo ou lavar a área externa, outra atribuição dos agentes é contar os marmitex que saem da cozinha em cada caixa de isopor e conferir os pesos das mesmas. No café da manhã é servido um café e um pão com manteiga. No almoço vão duas marmitex para cada preso (comida e salada) e um doce, na hora do lanche da tarde é servido um pão com manteiga e um suco e no jantar é o mesmo esquema do almoço.

Os agentes pesam os marmitex, e essa pesagem é importante pois influencia na segurança da unidade. Os presos ficam muito irritados se percebem que foi levado menos comida que o habitual.

Os agentes evitam ficar conversando com os presos; quando tem que falar, dirigem-se mais aos outros funcionários (cozinheiros, ajudantes). “A gente não gosta muito de ficar conversando com os presos, evita, né? Mas não tem como passar 12 horas ao lado de uma pessoa e não falar nada.” (sic)

Assim que acaba o expediente, os agentes tem que conferir todos os instrumentos de trabalho, contando quantos garfos, colheres, facas de açougue, de mesa, de legumes e pratos estão na cozinha, escrever na folha de conferencia e assinar..

Dois presos são responsáveis por lavarem as roupas de cama e os uniformes de toda a penitenciária. A lavanderia possui um maquinário moderno que lava e seca a roupa. O barulho das máquinas é bastante alto e o calor na sala chega a incomodar. O agente confere as quantidades de peças (calça, camisa, lençol, cobertor, moletom) junto com os presos e o acompanha durante todo o dia.

“Aqui eles sabem os serviços que tem que fazer, não precisa mandar. Para eles entrarem com alguma ferramenta na cela eu tenho que estar com eles. Por isso que o procedimento (revista) é um jeito de me resguardar.” (sic)

Uma observação necessária de ser feita é sobre o controle quase absoluto dos agentes sobre os presos no núcleo de produção. Geralmente, os agentes passam o dia a menos de um metro do detento, acompanhando-o em todos os seus movimentos.

Com o tempo, já que escoltam o mesmo preso, passam a “vigia-lo” com menos atenção e confiar mais nele. Quando os agentes percebem que estão “facilitando” para os presos, sentem-se incomodados devido ao perigo que julgam correr.

“A gente não pode facilitar, né? No máximo, confia, desconfiando.” (sic)

#### **5.4.10. CENSURA**

A censura de cartas, ou análise das correspondências, é feita por agentes que leem as mesmas e identificam possíveis ameaças ou até mesmo linguagem inadequada.

Dois agentes são responsáveis por esse setor (um homem e uma mulher), o trabalho é silencioso, já que cada um lê uma carta. As correspondências são lidas e, em seguida, separadas por alas e celas. Quando as cartas chegam das celas, já são separadas, pois possuem um padrão (numero de folhas, o que está escrito no envelope, etc) e se estiverem fora do padrão retornam para os presos e são enviadas somente na semana seguinte.

São feitas leituras de, aproximadamente, 700 cartas por semana. O preso pode enviar até duas cartas a cada sete dias com duas folhas cada. O selo tem que ser de 01 centavo, carta comercial. No envelope deve conter o nome da penitenciária, do preso, o INFOPEN, a ala e a cela. Demoram de 03 a 10 minutos para lerem cada carta. Além da leitura ainda tem que colar os envelopes e separar. Deixam isso para o final, a fim de agilizar o trabalho.

Cada agente é responsável pela carta que lê, pois assim que termina a leitura eles carimbam e assinam a mensagem. Eles não recebem nenhum treinamento específico, agem mais por instinto à procura de ameaças, recados, comunicação ou códigos. À medida que ganham experiência na leitura, o trabalho torna-se mais fácil e a identificação dos problemas simplificada. Vai criando-se uma habilidade para identificar certas coisas. Toda carta suspeita é enviada para o serviço de inteligência.

Segundo os agentes, o maior problema é compreender o que está escrito por causa dos erros de ortografia e concordância. “Eu saio daqui e leio demais, porque senão eu escrevo tudo errado” (sic)

A censura de alimentos e outros materiais de consumo (conhecidos por “jumbo”) é feita diariamente com os mantimentos enviados por SEDEX pelos familiares. No dia de visita os alimentos que serão consumidos pelos presos e visitantes são vistoriados na frente dos familiares antes de serem levados para o pátio.

Como todos os alimentos devem ser retirados das embalagens, vistoriados e colocados em sacos plásticos, um problema que enfrentam é a falta dos saquinhos. Normalmente pedem para os familiares trazerem e quando levam a mais, ficam com o restante para quando faltar para os outros poderem utilizar. A penitenciária não fornece as sacolas, porem a igreja, de vez em quando, abastece o setor.

Há falta, também, de materiais de trabalho; possuem duas facas (uma para alimentos e outra para sabonetes), uma tesoura e duas canetas para os três agentes do posto em análise. Quando a fita crepe acaba, por exemplo, preferem comprar com o



próprio dinheiro que esperar da unidade. A própria tesoura quem levou foi o coordenador.

A sala da censura possui um equipamento de raio-x que detecta ferro, drogas, objetos cortantes, etc. A unidade possui uma listagem dos tipos de comidas e quantidade das mesmas que podem ser enviadas aos presos.

Os agentes fazem um esforço para não encostar nos alimentos; não utilizam luvas por causa do cheiro que passa para os alimentos, preferem lavar as mãos quando trocam de um alimento para outro. Além disso, pegam em materiais de higiene e limpeza e logo após mexem em alimentos, o que seria pouco higienico.

Os biscoitos são retirados da embalagem, cortando o pacote ao meio e depois coloca-se os mesmos em sacos transparentes. Com os sucos é feito o mesmo procedimento

Os materiais de higiene pessoal também passam pela censura. O sabonete é cortado em dois pedaços (com um corte transversal) e o sabão em quatro (em forma de cruz).

Do papel higiênico é retirado o rolo de papelão interno. O fundo das embalagens das pastas de dente são recortados, depois verifica-se a presença de algo “estranho” no seu interior. Após esse procedimento, passa-se uma fita adesiva para lacrar. Os cabos das escovas de dente são cortados. Os cremes são passados das embalagens originais para potes de plástico transparente.

Quanto ao aparelho de barbear, os agentes recolhem, anotam o nome do preso, ala e cela e usam um pincel (comprado com recursos próprios) para escrever as

informações no produto. Só entregam um aparelho novo para o preso depois que o antigo é entregue e verificado se está com a lâmina.

Cadernos também podem ser enviados para os detentos, porém são retirados os grampos do brochurão. Chinelos, apesar de serem fornecidos pela unidade, podem ser trazidos também, mas para entregar um novo, o velho tem que ser devolvido. Nas cuecas são verificados o elástico e as costuras. E é necessário que seja cueca nova.

Assim que censuram os pertences, eles são separados por ala e cela. A equipe da censura é quem entrega os pertences que chegam via SEDEX. Avisam ao preso quem mandou e perguntam se querem receber. O preso só pode receber uma sacola de pertences por semana, por isso, todo dia, atualizam a lista com o nome do preso, a cela e se recebeu os pertences nos últimos dias.

Para levarem os pertences até a ala, usam um carrinho doado por um supermercado da cidade, porque antes levavam tudo na mão.

Cada cela pode ter uma televisão ou um rádio, independente de quantos presos permaneça no local. Os aparelhos devem ser novos (há uma conferência na nota fiscal) e quando chegam são desmontados e analisados, depois montados novamente e testados para ver se continuam em perfeito estado. Após a conferência pintam com um corretivo os parafusos para a certificação que já foram vistoriados.

Quando é feito o bate cela, os agentes responsáveis pela censura são acionados para uma nova conferência nas televisões e rádios.

#### 5.4.11. REVISTA

Os agentes responsáveis pela revista realizam um procedimento padrão (seja a revista superficial ou minuciosa) com as visitas e com os funcionários do local. Para a revista são utilizadas duas salas (uma feminina e outra masculina) com espelho no chão. Tanto os familiares dos presos, quanto os agentes passam pela revista vexatória, porém a do agente penitenciário não tem agachamento. A pessoa tira a roupa toda na frente do agente penitenciário, fica de frente e de costas e, no caso das visitas, faz o agachamento três vezes. O agente não pode encostar em quem está sendo revistado, porém utilizam luvas para poderem inspecionar as roupas. Caso encontrem algo ilícito, tem que tirar foto e fazer ocorrência, imediatamente.

A revista entre os agentes traz uma serie de constrangimentos já que é um controle coercitivo entre colegas de profissão. Percebe-se que, muitas vezes, a revista é feita de modo bastante superficial e rápido já que na hora da entrada no sistema são muitos agentes para serem revistados e poucos agentes para revistar, chegando a formar, até, fila.

Com relação à revista nas visitas, os agentes relatam que se acostumam ao procedimento, mas “dá muita dó quando chegam aquelas velhinhas que não tiram a roupa nem para os maridos. É muito constrangimento.” (sic)

#### 5.4.12. INTELIGÊNCIA

O serviço de inteligência coleta dados a respeito dos agentes e dos presos para que possam usa-las em investigações para o bom funcionamento da unidade. Para obter informações a respeito do andamento do trabalho, ele procura ter um informante em cada equipe de trabalho, os quais são escolhidos após um estudo de cada funcionário. Entre os presos também existem informantes, que trazem elementos importantes para a apreensão de drogas, celulares, “xuços” (armas feitas pelos próprios detentos), além de alertas para escoltas de risco.

Um problema apontado pelo responsável pela inteligência é que muitos agentes tem parentes e amigos presos. Existem agentes que possuem até mesmo dividas com alguns detentos. Para esses agentes, a inteligência é mal vista na unidade, sendo chamados de X9, Boca Preta, etc. Apesar de, muitas vezes, saberem que alguns agentes estão agindo de forma delituosa, necessitam de provas contundentes para que possam pedir a rescisão do contrato. Para isso precisa abrir uma sindicância, um inquérito e apurar os fatos.

“O nosso serviço é muito complicado. Existe um certo descaso. A gente fica sabendo de tanta coisa, mas não temos voz ativa. Há muito pouco tempo que existe esse setor aqui.” (sic)

O papel é avisar de um futuro problema, é prevenir, se precaver.” (sic)

“Tem que ficar com um olho no peixe e o outro no gato.” (sic)

Fora do horário de serviço (de 08:00 às 17:00) eles procuram fazer rondas em bairros perigosos da cidade, na intenção de avistar algum agente penitenciário. Os próprios amigos alertam quando algo de “estranho” está acontecendo com algum agente. Além disso precisam ficar 24 horas com o celular ligado, tendo que avisar para ASSIN (Assessoria de Inteligência do Estado) quando vão a algum lugar que não pega celular. É essa Assessoria que oferece o treinamento para os agentes responsáveis pelo serviço de inteligência.

Segundo os agentes responsáveis pelo setor de inteligência, o processo seletivo deixou muito a desejar, pois não foi feita uma investigação social adequada. E, “por ser uma unidade nova, com agentes novos, o treinamento é de um tipo (prezando a segurança) e a realidade é outra (prezando os direitos humanos)”. (sic)

De um lado os profissionais agem segundo as normas de segurança e de outro são cobrados para agir segundo as normas dos direitos humanos. Como essas atitudes são percebidas como antagônicas pelos agentes, nem sempre podendo ser compatíveis, gera muitos conflitos, tanto dentro do presídio como com a comunidade da cidade.

“São as dificuldades de ser um agente... (sic)

Após as cartas serem lidas pela Censura, se são encontradas ameaças, denúncias ou informações sobre facções, as mesmas são enviadas ao setor de inteligência para que sejam tomadas as providências cabíveis, acionar a Polícia Civil ou a P2 (serviço de inteligência da Polícia Militar).

A organização do “bate cela” é feita, também, pelo serviço de inteligência. O “bate cela” é o nome que se dá no sistema prisional para a operação de fiscalização das celas de presos, os agentes ingressam dentro da cela do interno e fiscalizam seu interior com o intuito de descobrirem possíveis armas, drogas ou outro material proibido.

“O bate-cela deveria ser feito com uma frequência bem maior, semanalmente, por exemplo. Porém, se eu planejo um bate-cela e tem uma missa, eu não posso fazer. A unidade tem outras prioridades.” (sic)

As informações recebidas pelo setor são armazenadas em um computador com o IP seguro e com senha de acesso. A sala é bem pequena, cabendo apenas duas mesas e não possui placa de identificação na porta, pois “ aqui o transito de preso é muito grande e não queremos causar alarde”. (sic)

#### **5.4.13. NSI**

Por fim, a unidade prisional ainda conta com o NSI, serviço de informação que cuida de todas as informações relativas ao preso, como sua identificação, fotos e listas de chamadas.

“Somos o apoio administrativo da segurança” (sic)

Diariamente, confeccionam várias listas de chamadas que são entregues a diversos setores dentro da unidade. As listas são enviadas antes das 10:00 e as do fim de semana são enviadas na sexta-feira antes das 17:00. Para a cozinha e o setor administrativo faem um mapa carcerário contendo a distribuição dos presos por ala. Foi

feito um acordo com a coordenação para que não sejam feitas movimentações de presos aos finais de semana. Se acontece uma briga, por exemplo, não há trocas de celas ou alas, eles encaminham o preso para a triagem, onde permanece até a segunda-feira seguinte.

Todos os dias uma listagem é arquivada, juntamente com as folhas de conferências das celas. Além das listas, também são arquivados os atendimentos dos advogados (enviados pela P1), transferência de preso de ala, Boletim Informativo de Movimentação Prisional (quando o preso é transferido de penitenciária), ofícios expedidos e recebidos, memorandos e boletins informativos. Precisam também preencher os formulários específicos para atendimentos jurídicos e de saúde: Prontuário Geral Padronizado de Saúde (PGPS) e Prontuário Geral Padronizado Jurídico (PGPS).

Os agentes do NSI também são responsáveis pela publicação, toda terça-feira, da Tabela de Ocupação Carcerária, que diz respeito ao trabalho que os presos realizam dentro das unidades. Quando chega uma transferência de detentos, o NSI adianta a papelada e passa para a escolta. “Tudo o que é relativo ao preso, passa por nós” (sic)

Quando o detendo entra na penitenciária, primeiramente, ele é acolhido pelo NSI, que preenche sua ficha (nome do detento, INFOPEN, características físicas, etc), recolhe sua assinatura, tira uma fotografia (com a placa contendo o seu numero de INFOPEN) e recolhe suas digitais com o auxílio de um aparelho biométrico.

As impressoras utilizadas para o trabalho são bastante antigas e o barulho bem elevado. “ O barulho é o dia inteiro. Essa é a nossa tristeza, nosso carma. Sai daqui

com dor de cabeça e estressado todo dia. “ (sic). A sala também não possui ventilador e a tarde o sol bate e esquenta muito o local. No NSI trabalham 5 agentes, porém só possuem 2 computadores.

#### **5.4.14. OITIVA**

O relato das ocorrências dentro do complexo penitenciário pode ser feita pelos agentes em qualquer das suas funções. Os comunicados devem ser feitos imediatamente após a constatação dos comportamentos inadequados, sendo eles: discussão, briga ou morte entre os presos; posse de substâncias ou objetos ilícitos; desobediência das ordens; fugas, motins ou rebeliões. Para cada falta disciplinar é feito um comunicado. A oitiva é uma oportunidade de defesa.

A oitiva, que é o momento que o preso tem de se defender de algum comunicado, é feita por um agente penitenciário na sala da coordenação. O preso permanece algemado durante o relato da ocorrência e um outro agente ( do Transito Interno) fica em pé vigiando-o. O agente responsável por colher o depoimento possui um modelo de relatório no qual consta o nome do preso, o INFOPEN, nome do pai, da mãe, se sabe ler e escrever, numero da cela e ala, além da descrição do fato ocorrido. É interessante notar que o agente somente escreve o relato feito pelo detento, não argumentando nada, nem fazendo quaisquer pergunta relativa a veracidade da informação.



Após esse momento, o relatório vai para uma comissão avaliadora, onde vai ser julgado. Apesar de possuir um computador, não existe impressora para imprimir o documento que deve ser assinado pelo detento. O depoimento é salvo em um pen drive (propriedade do agente penitenciário, já que a Secretaria não fornece) e precisa ser levado até o setor administrativo para a impressão.

“Tem dia que eu fico o dia todo só ouvindo. Aí cansa... O dia inteiro é isso aí”  
(sic)

Cada agente tem uma função específica dentro do Complexo, que gira em torno da segurança e do acautelamento dos presos. Segundo os agentes: “estamos aqui para cuidar dos presos”(sic). Porém, além dessa função, eles exercem outros tipos de papel na instituição.

“Muitas vezes são os agentes de segurança penitenciária que julgam a necessidade de atendimento a partir do pedido do preso e atuam facilitando ou dificultando este acesso.” (Lhuilier et al, 2008). É o que pudemos perceber no acesso à saúde, por exemplo. Eles que fazem uma de triagem a partir dos pedidos que recebem através do “catu” (um tipo de ‘Fale Comigo’ instituído pela penitenciária para que os presos possam enviar seus recados à equipe de saúde, de segurança, jurídica, etc). “No dia-a-dia (...) é requisitado pelo preso a resolver problemas simples como uma dor física, moral ou psicológica pela perda de um benefício jurídico, de um ente querido, de um amor.” (Correia, 2006)

“Aqui somos médicos, psicólogos, enfermeiros, assistentes sociais, além de seguranças. Somos tudo um pouco.” (sic)

Esta e outras escolhas que são feitas a todo tempo no trabalho exigem um debates de normas e valores; quando têm que decidir, por exemplo, se o preso que foi escoltado para o enterro de sua mãe vai ficar com algema ou não. Outras vezes tem que confiar no preso que estão vigiando no momento das atividades laborais, ao mesmo tempo que devem estar atentos à “periculosidade” dos detentos. A ação é sempre mediada pela circulação de valores, “as pessoas, como agentes ou pacientes, trazem valores morais vigentes na sociedade”(Sá, 1996, p. 48)

Esse debate é considerado como uma das causas de “estresse” no trabalho como agente penitenciário.

“Somos todos, como seres humanos, atormentados por debates internos, ‘debate de normas’, mais ou menos visíveis aos outros e a nós mesmos, mais ou menos invisíveis também”. (Schwartz, 2011, p.132)

## **5.5. Cargos de chefia**

Os cargos de chefia dentro da unidade são divididos em: diretores (geral, de segurança e administrativo), coordenadores de segurança, coordenadores de equipe, inspetores e sub-inspetores.

O diretor geral é responsável planejar, organizar, executar e controlar as atividades dentro do Complexo Penitenciário, além de representá-lo em eventos

externos. Assegura, também, o tratamento adequado aos presos e coordena as transferências de detentos para outros presídios do estado.

Ao diretor de segurança compete desenvolver trabalhos que visem fortalecer a segurança da unidade. Exigir o cumprimento dos direitos e deveres dos presos, concedendo “recompensas” ou aplicando penas disciplinares. Lotar os detentos nos diversos setores e movimentá-los de acordo com as necessidades da segurança interna. Assessorar o Diretor Geral nos assuntos relacionados à suas atribuições. Baixar normas e instruções disciplinares, com o prévio conhecimento do Diretor Geral;

O diretor administrativo fica responsável por desenvolver atividades relacionadas aos processos administrativos da penitenciária. Autorizar e ordenar despesas, assessorar o Diretor Geral nos assuntos relacionados à suas atribuições, autorizar a escala de férias, autorizar a requisição de material permanente e de consumo para uso na penitenciária, além de estabelecer, mediante normas de serviço, rotina de trabalho para o pessoal subordinado.

Aos coordenadores de segurança compete a função de cumprir as normas de serviço estabelecidas pelos superiores hierárquicos e suprir os diretores de informações, dados e elementos suficientes para o bom andamento da segurança da unidade prisional. Propõem medidas de correção e de segurança que se fizerem necessárias e orientam os presos quanto a seus benefícios, direitos e deveres durante o cumprimento da pena.

Além dos coordenadores de segurança, cada setor possui um coordenador

específico que organiza e comanda sua equipe de trabalho. Na penitenciária em análise temos os coordenadores da censura, escolta, GIT, trânsito interno, produção, muralha, portaria e canil.

O inspetor tenta contornar as situações conflitantes entre os presos e entre agentes e presos. É quem, de modo mais direto, cobra um trabalho de qualidade por parte dos agentes penitenciários. Quando chegam no plantão fazem uma série de conferências, e uma delas é se existe algum preso internado no hospital, pois se houver é preciso designar um agente para render o que está lá.

“Se eu punir cada erro do agente, todo mundo vai ser demitido”. (sic)

São responsáveis pelo recebimento dos alvarás e conferência da veracidade dos mesmos e se o preso que recebeu o documento possui algum impedimento para sua soltura.

“A função da inspetoria é supervisionar e fazer serviço burocrático” (sic)

Fazem as planilhas de trabalho do dia, contendo em qual posto cada agente vai ficar. Distribuem o pessoal em exercício nos respectivos setores de trabalho. Além disso propõem as escalas de folgas mensais e férias. Normalmente durante a semana os inspetores priorizam os agentes nos postos fixos, porém nos fins de semana, por causa das visitas, eles precisam ser remanejados.

“O que mais me estressa aqui não são os presos, são os agentes. Eu me sinto realizado quando faço meu trabalho bem feito no fim do dia. Não consigo ir embora e ver que ficou algo sem fazer, senão eu nem durmo direito.” (sic)

Os inspetores recebem os alvarás de soltura dos presos e, assim que chega o documento, ligam para o Núcleo de Alvará do Estado de Minas Gerais para atestar a veracidade do mesmo e conferir algum tipo de impedimento para o livramento do detento. Como o estado possui somente um núcleo, a maioria das vezes o número de telefone dá ocupado, e as tentativas de contato, sem sucesso, tomam grande parte do dia de trabalho dos inspetores e sub-inspetores.

Possuem certa autonomia e procuram fazer seu trabalho sem se reportarem aos diretores, porém em casos extremos chamam a diretoria. Por exemplo, no dia em que um agente efetuou um disparo e a bala pegou no olho do preso.

“A noite quem comanda somos nós” (Inspetor e sub-inspetor)

Uma das reclamações frequentes dos agentes penitenciários é em relação aos cargos de chefia dentro da unidade, que são preenchidos por indicação. Cada equipe possui um inspetor e, acima dele, existe um coordenador. Apesar de serem cargos de chefia, não há modificação no salário, nem mesmo na jornada de trabalho. Estes, normalmente, não possuem nenhuma formação específica para ocuparem o cargo, o que é extremamente mal compreendido por parte dos trabalhadores e gera muita polêmica. Há uma falta de estabelecimentos de critérios claros para escolha dos agentes que serão nomeados para os cargos, muitas vezes com os interesses particulares ou políticos se sobrepondo às necessidades e aos desejos dos trabalhadores, sem a participação efetiva dos mesmos nas decisões.

“Mesmo que a maioria dos agentes tenha um cargo perante o Estado com a mesma remuneração, muitos acabam criando uma hierarquia e até mesmo uma disputa interna por postos, o que representa uma relação de conflito moldado e estruturado por relações de poder”. (Sabaini, 2009)

## **5.6. Relacionamento com os presos**

“De um lado, o preso obtém certa convivência dos guardas em troca da colaboração do interno nos serviços essenciais e na manutenção da ordem. De outro, o preso concorda em colaborar, mas em troca de certo grau de ‘tolerância’ por parte do custodiador. Dessa forma, presos e guardas, ao satisfazer seus interesses, perpetuam a ‘paz’, no cotidiano prisional.” (Sá, 1996)

O relacionamento com os presos é um assunto recorrente entre os agentes. Ao mesmo tempo em que precisam manter distancia dos detentos, através de uma atitude autoritária, de controle, necessitam assumir um grau de empatia para que o dia a dia transcorra sem maiores conflitos. Segundo eles: “A mesma grade que separa o preso, separa o agente.” (sic)

No início de funcionamento do Complexo Penitenciário os agentes relatam ter sofrido muitas ameaças e os presos não acatavam as ordens. O Procedimento Operacional Padrão ainda não fazia parte da rotina de trabalho e nem do cotidiano dos presos. Os agentes tentavam mostrar para os detentos que agora eles tinham muitos dos seus direitos assegurados, porém os deveres eram cobrados com maior rigor. Tentavam fazer isso na base do diálogo, porém, em diversos momentos, foram aplicados castigos, como comunicados, retirada de “regalias”, dentre outros. “Por mais que eles não quisessem aceitar a gente, eles precisavam da gente” (sic)

Após a tomada do presídio pela SUAPI, onde os presos contavam com mais direitos garantidos como acesso a saúde e atendimento jurídico (mesmo que, muitas vezes, precários), o relacionamento com os presos ficou bem mais ameno.

“O preso SUAPI não é difícil não, a única coisa que eles não querem é levar comunicado. Ele quer o direito dele e a gente quer o dever. Eles não querem problemas, nem canetadas.” (sic)

“A mútua dependência se expressa inclusive sob a forma de recompensa e punição, sustentáculos da ordem da casa” (Thompson, 1980)

Dependendo da função que o agente exerce, o seu relacionamento com o preso é intenso. Isso gera, muitas vezes, atrito, entre os dois. Os agentes são requisitados, a todo momento, para resolver problemas como atendimentos médicos, odontológicos, assistenciais, jurídicos. São solicitados a sanar as necessidades dos detentos. Devido ao tempo que passam junto aos presos e por se tratar de uma cidade pequena, muitos agentes conhecem os nomes, as famílias e as histórias dos mesmos. A convivência é tão grande que eles se reconhecem somente pela voz.

“Na prática, a profissão de agente penitenciário se constitui em um complexo relacionamento com o criminoso que cumpre pena e o homem em processo de ressocialização cujas demandas se inscrevem na área dos direitos humanos, através das assistências social, psicológica, jurídica, pedagógica, odontológica, médico-psiquiátrica, laborativa e religiosa, previstas em lei e que devem considerar a individualidade e rede social de cada um.” (Correia,2006)

Segundo Lopes (s.d.), “a prática cotidiana nas prisões dificilmente deixaria de fazer parte de um sistema de exclusão, engendrando um verdadeiro campo de guerra, onde, de um lado, estão os agentes, porta-vozes últimos da moral social e, de outro, os sentenciados, representantes de tudo aquilo que a sociedade rejeita em termos de comportamento.”

Os agentes relatam que à noite aumentam os problemas entre presos, porque toda a demanda que precisa ser resolvida tem que ser solucionada pelo plantão. Vários postos de trabalho estão fechados no período noturno, como almoxarifado, por exemplo, o que dificulta atender as necessidades dos detentos.

“Os presos tentam jogar um agente contra o outro.” (sic)

Apesar do relacionamento ser compreendido com uma “batalha”, pode-se perceber uma vontade de ambos os lados de que o dia-a-dia passe com tranquilidade.

“ O respeito que a gente dá, a gente recebe, na maioria das vezes.” (sic)



## 6. MUDANÇAS NA VIDA SOCIAL A PARTIR DO TRABALHO – TRABALHO E VIDA

Nos depoimentos dos agentes, percebemos que o trabalho na prisão afetou significativamente a vida cotidiana. A vida fora do trabalho começou a ser direcionada por tudo o que vive dentro do trabalho. Os agentes passam a ter certos cuidados com a segurança, como nunca sentar de costas para a rua em um bar, ter cuidados com carros suspeitos, dentre outros. Essa constatação também foi feita autores que estudaram a convivência social dos agentes penitenciários. Segundo Francisco e Santiago (2008, p.7),

Os valores e costumes adquiridos no trabalho acabam por prejudicar o convívio com a família e demais pessoas de seu círculo social, bem como trás uma restrição de espaços a serem freqüentados pelo agente, como por exemplo, restrição a bares e bairros.

Na vida social, segundo os agentes, as mudanças foram radicais. Relatam que não podem frequentar os mesmos lugares que frequentavam antes pelo risco de encontrarem ex-detentos ou presos que estão de indultos ou benefícios. Eles tem que ser mais atentos com relação a sua segurança e de seus familiares. Não podem ficar tão expostos.

Toda uma dinâmica de vida sofreu uma adaptação forçada marcada principalmente pela abstinência de um convívio social mais livre, pela busca de mecanismos de defesa(...). Também a família é instruída para não fazer comentários sobre sua profissão, a ter cuidados ao atender a

qualquer chamado de pessoas estranhas mesmo no portão de casa.  
(Correia, 2006)

“A partir do momento que você veste a farda, tudo muda.” (sic)

Quanto ao comportamento, percebem-se mais reservados e o estresse é maior que nos outros serviços. Isso reflete em como agem em suas casas, com seus companheiros e companheiras, seus familiares, que, muitas vezes, reclamam da rigidez e da agressividade.

“A cadeia estressa a gente demais.” (sic)

“De um modo ou de outro, a gente passa a viver a prisão.” (sic)

“Aqui é uma doença que você adquire e só sara quando sai daqui”. (sic)

“Quem trabalha no sistema já fica desconfiado de tudo. A gente aprende a ouvir, treina atenção e tudo.” (sic)

Em termos financeiros, várias foram as conquistas dos agentes penitenciários, como veículos novos, possibilidade de custear uma escola particular para os filhos, residência própria, faculdade, dentre outras. Como residem numa cidade do interior, onde o custo de vida é menor, adquiriram um nível de vida bem superior ao que tinham antes de entrar para o sistema prisional. Como observado nas entrevistas, a grande maioria possuía emprego assalariado e hoje o salário gira em torno de R\$2000,00. Relatam que agora podem realizar seus sonhos e planos.

“A gente trabalha aqui só pelo dinheiro, pois a SEDS não valoriza o trabalho da gente.” (sic)

No imaginário popular, o carcereiro é uma pessoa ruim, só serve para bater nos presos. Como a cidade é pequena, e os agentes tem uma ascensão social muito rápida, a população não aceita os agentes muito bem, segundo seus relatos.

“A população te vê com outros olhos, depois que você vira agente”.(sic)

“Quem não conhece o sistema fala muito mal dos agentes, mas quem conhece nosso trabalho consegue entender um pouco o que passamos.” (sic)

É notável que para alguns agentes há um grande sofrimento por não perceber valorização social de seu trabalho, apesar de algumas organizações já perceberem sua função social.

“A ONU refere-se à nova função do pessoal penitenciário, como importante serviço social, recomendando que essa concepção deve ser levada à opinião pública para a mudança de certa mentalidade anacrônica e maior respeito e prestígio de uma profissão, considerada como verdadeira vocação temporal, destinada ao controle e ressocialização de um indivíduo anti-social” (Albergaria, 1993)

Nas Regras Mínimas para o Tratamento dos Reclusos (1977) observamos uma recomendação:

“A administração penitenciária deve esforçar-se permanentemente para suscitar e manter no espírito do pessoal e da opinião pública a convicção de que esta missão representa um serviço social de grande

importância; para o efeito, devem ser utilizados todos os meios adequados para esclarecer o público” (p. 11)

Apesar de tais recomendações, diversas falas dos agentes apontaram para uma ausência do estado no sentido de apoiar e valorizar a profissão de agente de segurança penitenciária, como já evidenciado nesta pesquisa.

## 7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo primordial desta pesquisa foi tentar contribuir para o conhecimento sobre o trabalho dos(as) agentes de segurança penitenciária. Porém, após o estudo, a primeira pergunta que se faz é: por que estas instituições que não cumprem o papel a que se propõem, a ressocialização, continuam existindo? A quem servem? Algo que é prejudicial tanto para quem cumpre pena quanto para quem trabalha no local, com seus corpos e tempos controlados.

“ Atentar para a percepção dos agentes penitenciários sobre o sistema prisional pode permitir a identificação de problemas que normalmente sequer são tocados nas eternas reformas de que são alvos as prisões, inclusive porque este grupo profissional, sendo acusado pelo fracasso do encarceramento na regeneração dos indivíduos, torna-se aliado dos processos de mudança.” (Bodê de Moraes, 2005)

Com esta pesquisa pôde-se perceber a enorme desvalorização e precarização do trabalho dos agentes de segurança penitenciária, tanto no que diz respeito à forma de contratação, desrespeito aos direitos trabalhistas quanto pelas falas de gestores sobre o trabalho dos agentes. Diversos foram os exemplos, durante nossa inserção no sistema, de trabalhadores com licença saúde ou mesmo afastados, recebendo um salário mínimo pelo INSS já que é o recolhido na folha de pagamento, cerca de um terço do que receberiam habitualmente.

A falta de treinamento adequada foi outra questão de extrema importância para ser analisada, pois como uma profissão de tamanha responsabilidade pode ser ignorada e desrespeitada por seus superiores?

*“Longe de ser isolada do mundo, a prisão é, antes de mais nada, o avesso de sua decoração, é a face sombria do social onde se desenvolvem e revelam transformações mais globais. A crise que ela conhece hoje em dia e que conheceu sempre, na verdade, traduz contradições de demandas que lhes são endereçadas: acolher sempre, cada vez mais, presos, por penas cada vez mais longas e ao mesmo tempo os tratar cada vez melhor em uma perspectiva de reinserção. No centro dessas contradições os agentes de segurança penitenciária se colocam; pois o espaço carcerário concentrado de exclusão, de abandono, de sofrimento, de miséria e de violência e de crise de silêncio e de gritos, reúne dois tipos de população: os detentos e os agentes de segurança penitenciária. Em princípio, tudo os opõe, mas, entretanto são todos relegados, deixados atrás dos muros e no desenvolvimento da vida cotidiana devem coabitar em situação de dependência recíproca.”*  
(Lhuillier, 1997)

Diante da pesquisa, da legislação vigente e das falas dos agentes é que se entende a urgente necessidade de um suporte técnico e psicossocial, o imperativo de serem ouvidos e a tentativa de compreender o trabalho árduo que realizam. Melhorias nas condições de trabalho, reestruturação dos programas de formação, treinamento e capacitação são, realmente, urgentes.

Este estudo pode contribuir para a compreensão de como o trabalho dos agentes é organizado, o real desta atividade e a possível e urgente valorização destes profissionais.

## 8. ANEXOS

### PRINCIPAIS CÓDIGOS A SEREM USADOS NA COMUNICAÇÃO VIA RÁDIO

QAP	Na escuta
QRV	Prossiga
QSM	Reita a mensagem
QRX	Aguarde
TKS	Obrigado
QTH	Sua localização
QSL	Positivo, entendido
QTO	Banheiro
QTC	Mensagem
QSO	Contato Pessoal
QTI	A caminho
QRA	Quem está operando
QTR	Horas
URSO, URSO	Urgente, urgentíssimo

## FOTOS



**Foto 1:** Vista panorâmica do Complexo Penitenciário de Ponte Nova





**Foto 2:** Vista panorâmica a partir da ala de triagem e enfermagem



**Foto 3:** Vista panorâmica a partir do estacionamento



**Foto 4:** Vista da cela



**Foto 5:** Fábrica de gaiolas



**Foto 6:** Horta

## 9. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBERGARIA, Jason. Manual de Direito penitenciário. Rio de Janeiro: Aide Ed.,1993

ALBERGARIA, Jason. Comentários à lei de execução penal. Rio de Janeiro: Aide Ed.,1987.

BARATTA, Alessandro. *Criminologia crítica e crítica do direito penal*. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Ed. Revan, 2002.

BATISTA, Nilo. *Punidos e mal pagos – violência, justiça, segurança pública e direitos humanos no Brasil de hoje*. Rio de Janeiro: Editora Revan, 1990.

BATISTA, Vera Malaguti. *Difíceis ganhos fáceis: drogas e juventude pobre no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Instituto Carioca de Criminologia, 1998.

BECCARIA, Cesare. Dos delitos e das penas. (Trad. J. Cretella Jr. e Agnes Cretella). 4ª. Ed. rev. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 2009.

BENGUIGUI, Georges, CHAUVENET, Antoinette, ORLIC, Françoise. *Les surveillants de prison et la règle*. In: *Déviance et société*. Vol. 18 - N°3. p. 275-294. 1994.

BODÊ DE MORAES, Pedro Rodolfo. *Punição, encarceramento e construção de identidade profissional entre agentes penitenciários*. São Paulo: IBCCRIM, 2005.

BRASIL. *Lei de Execução Penais*, LEI Nº 7.210, DE 11 DE JULHO DE 1984.

CHIES, Luis Antônio Bogo, et al. *Prisionalização e sofrimento dos agentes penitenciários*. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*. Ano 13. N. 52, 2005

CLOT, Yves. *A Função Psicológica do Trabalho*. 1º ed. Petrópolis:Vozes, 2006.

CORREIA, Ademildo Passos. *Uma análise dos fatores de risco da profissão do agente penitenciário: contribuições para uma política de segurança e saúde na gestão penitenciária*. Monografia no Curso de Especialização em Gestão Penitenciária: Problemas e Desafios do Departamento de Ciências Sociais. Universidade Federal do Paraná, 2006.

CUNHA, Daisy Moreira. Saberes, qualificações e competências: qualidades humanas na atividade de trabalho. GT Trabalho e educação no. 09. FAE. UFMG. Retirado do site: [www.anped.org.br](http://www.anped.org.br). Acesso em julho de 2012.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: história da violência nas prisões*. 24ª ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

FRANCISCO, José Márcio e SANTIAGO, Eneida Silveira. *Agentes de Segurança Penitenciária: a convivência social do sistema prisional e a convivência dos relacionamentos sociais fora do ambiente profissional*. Trabalho publicado nos Anais do VI Seminário do Trabalho, Marília: UNESP, 2008.

GOFFMAN, Erving. *Manicômios, prisões e conventos*. (Trad. Dante Moreira Leite). São Paulo: Perspectiva, 2003.

GUÉRIN, Françoise et al. *Compreender o trabalho para transformá-lo: a prática da ergonomia*. 1ª ed. São Paulo: Edgar Blucher, 2001.

KAUFFMAN, K. *Prison officers and their world*. Massachusetts/ USA: Harvard University Press, 1988.

LIMA, M. E. A. A questão do método em psicologia do trabalho. In: Goulart, I. B. *Psicologia Organizacional e do Trabalho: teoria, pesquisa e temas correlatos*. São Paulo, SP: Casa do Psicólogo, 2002

LIMA, Suzann Flavia Cordeiro. A função social do espaço penitenciário. Dissertação de mestrado no Programa de Pós Graduação em dinâmicas do espaço habitado. Universidade federal de Alagoas, 2005

Lhuillier, D., Aymard, N. *L'univers pénitentiaire du côté des surveillants de prison*. Paris, Desclée de Brouwer, 1997.

LHUILIER, Dominique et al. *Saúde em prisões: representações e práticas dos agentes de segurança penitenciária no Rio de Janeiro, Brasil*. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, 24(8):1887-1896, ago, 2008.

LHUILIER, Dominique. *Cliniques du travail*, Paris: Érès, 2006

LOPES, Rosalice. O cotidiano da violência: o trabalho do agente de segurança penitenciária nas instituições prisionais. Revista de la Unión Latinoamericana de Psicología. Disponível em [www.psicolatina.org/Cero/psicologia\\_juridica.html](http://www.psicolatina.org/Cero/psicologia_juridica.html). Acesso em agosto de 2012.

LOURENÇO, Arlindo da Silva. O espaço de vida do agente de segurança penitenciária no cárcere: entre gaiolas, ratoeiras e aquários. Tese de Doutorado. Instituto de Psicologia da USP, São Paulo, 2010

LUDKE, M. e ANDRÉ, M. *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: EPU, 1986.



MATTOS, Virgílio de. *De uniforme diferente, o livro das agentes*. Belo Horizonte: Fundação MDC, 2010.

MATTOS, Virgílio. *Malnacida, Malcriada, Implicante e Controladora: O que se pode esperar da criminologia?* In. **Revista Veredas do Direito Vol. 2 - Nº 3 - jan. a dez. 2005.**

OLIVEIRA, M. M. *Como fazer pesquisa qualitativa*. Petrópolis, Vozes, 2007.

ONU, Regras Mínimas para o Tratamento dos Reclusos, 1977.

RAMMINGER, Tatiana. Cada Caps é um Caps: a importância dos saberes investidos na atividade para o desenvolvimento do trabalho em saúde mental. Tese apresentada ao Centro de Estudos da Saúde do Trabalhador e Ecologia Humana, da Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca, Rio de Janeiro, 2009

RUSCHE, G.; KIRCHHEIMER, O. *Punição e estrutura social*. 2. ed. Rio de Janeiro: Revan: Instituto Carioca de Criminologia, 2004.

SÁ, Geraldo Ribeiro de. *A prisão dos excluídos – origens e reflexões sobre a pena privativa de liberdade*. Juiz de Fora: EDUFJF, 1996.

SABAINI, Raphael T. *Agentes penitenciários de Itapina, S.P.: Identidade e hierarquia*. 2009

SANTOS, Márcia Maria dos. *Agente penitenciário: trabalho no cárcere*. Dissertação de Mestrado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2010.

SANTOS, Milton. *Sociedade e Espaço: a Formação Social como Teoria e como Método*. In. Da Totalidade ao Lugar. Coleção Milton Santos, São Paulo: Edusp, 2005.

SILVA, José Erivaldo Ferreira. *O agente de segurança penitenciário: um refém remunerado?*. Guarulhos, 2010. Disponível em [www.forumseguranca.org.br](http://www.forumseguranca.org.br). Acesso em março de 2012.

SOUTO, Alice Paiva. *O trabalho em equipe na saúde: afinando as ações quando não há maestro*. . Dissertação de mestrado, Mestrado em Psicologia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2001.

SCHWARTZ, Yves e DURRIVE, Louis. *Trabalho & ergologia – Conversas sobre a atividade humana*. 1ª ed. Rio de Janeiro: EDUFF, 2007.

THOMPSON, Augusto. *A questão penitenciária*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 1980.

VIEGAS, Sônia. *Trabalho e Vida*. Conferência proferida aos profissionais do centro de Reabilitação Profissional do INSS. Belo Horizonte, 1989.

VIEIRA, Carlos Eduardo Carrusca et al. *O cotidiano dos vigilantes: trabalho, saúde e adoecimento*. Belo Horizonte: FUMARC, 2010.

VIEIRA, Carlos Eduardo Carrusca. *Desautorização, paradoxo e conflito: a saúde mental dos vigilantes bancários*. Dissertação de mestrado, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.

VIEIRA, Carlos Eduardo Carrusca; BARROS, Vanessa Andrade ; ANTUNES, Francisco de Paula. *Uma abordagem da Psicologia do Trabalho, na presença do trabalho*. In. *Psicologia em Revista*. Editora PUC Minas. Belo Horizonte, v. 13, n. 1, p. 155-168, jun. 2007

WACQUANT, Loic, *As Prisões da Miséria*. Paris: Raisons d'Agir. 1999

ZAMBONI, Jésio e BARROS DE BARROS, Maria Elizabeth. *Micropolítica da atividade*. Barbarói, Santa Cruz do Sul, 2012.

ZIMERMAN, David e COUTO, Antonio Carlos Mathias. *Aspectos psicológicos na prática jurídica*. Campinas: Millenium, 2002.